

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ENGENHARIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO

Daniella Fonseca Zanotti Ongaro

Lugar e violência na habitação de interesse social: estudo de caso em Juiz de Fora/MG

Juiz de Fora

2015

Daniella Fonseca Zanotti Ongaro

Lugar e violência na habitação de interesse social: estudo de caso em Juiz de Fora/MG

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Ambiente Construído, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ambiente Construído.

Orientador:
Prof. Dr. José Gustavo Francis Abdalla

Juiz de Fora

2015

Daniella Fonseca Zanotti Ongaro

Lugar e violência na habitação de interesse social: estudo de caso em Juiz de Fora/MG

Dissertação submetida à banca examinadora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora, Área de Concentração Ambiente Construído, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ambiente Construído.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gustavo Francis Abdalla - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Antônio Ferreira Colchete Filho
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Werther Holzer
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Letícia Maria de Araújo Zambrano
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho a duas pessoas que são o meu porto seguro, exemplos de vida, amor e dedicação à família: meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por iluminar o meu caminho, protegendo-me e sempre me dando forças para superar as dificuldades.

Aos meus pais, Helena e Antonio, pelo amor incondicional, pela educação pessoal e por estarem sempre presentes, acreditando em mim.

Ao professor e orientador Gustavo, pelas orientações ao longo do trabalho, pelos ensinamentos profissionais, pela paciência, suporte, dedicação e compreensão das minhas dificuldades em realizar este trabalho.

Aos funcionários e professores do PROAC/UFJF, que sempre me deram o suporte necessário.

À toda a equipe do Programa de Extensão Universitária da FAU/UFJF, pelo conhecimento adquirido durante o projeto e pelas trocas de informações, especialmente à coordenadora geral, Prof. Dra. Leticia Maria de Araújo Zambrano, à MsC. Janaína Sara Lawall e à bolsista Marina Fransini.

À CAPES, pelo apoio sem o qual não teria sido possível a dedicação para a realização dessa pesquisa.

Aos amigos do mestrado, pelas ajudas e companhias diárias.

À minha prima-irmã Catarina, pelas orientações da área jurídica.

Ao Pablo, pela paciência, compreensão, companheirismo e por me tranquilizar nos momentos mais difíceis.

Aos familiares e amigos que me incentivaram para que mais uma conquista se tornasse possível.

RESUMO

A moradia representa um dos direitos humanos fundamentais, conforme estabelecido na Constituição Federal brasileira. Como uma das principais carências relacionadas à habitação, verifica-se a dificuldade no atendimento de moradias destinadas à população de menor poder aquisitivo, embora a Política Nacional de Habitação proponha a universalização do acesso à moradia digna a todos os cidadãos, conforme publicado pelo Plano Nacional de Habitação – PlanHab – em 2010. Contudo, verifica-se que os programas habitacionais brasileiros priorizam os parâmetros econômicos e de produção, não valorizando as questões sociais e culturais dos futuros moradores dos empreendimentos. Dessa forma, pode-se constatar a dificuldade no estabelecimento de um senso de lugar e de habitar por parte dos moradores. Incluindo as prioridades sociais de desenvolvimento, as habitações devem cumprir um papel mínimo, cuja função do habitar exige: permitir o bem-estar humano, proporcionado por ambientes justos e seguros. Essa pesquisa considera os conflitos de formação do território como parte integrante do processo para a formação de um novo lugar. É realizado um estudo de caso do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento habitacional pertencente à primeira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), localizado na cidade de Juiz de Fora / MG, por meio de método qualitativo, investigativo e descritivo. O objetivo envolve investigar o território da recomposição social do agrupamento de famílias que mudaram para um novo conjunto habitacional. Conclui-se que ocorreu um processo de desterritorialização e está em curso a reterritorialização da comunidade constituída pelo Programa Minha Casa Minha Vida deste estudo. Resulta, do processo de observação e análise do empreendimento, a necessidade de adequação às características sociais e culturais dos usuários, bem como o atendimento de suas necessidades. Esta pesquisa pretende colaborar com a discussão sobre o resultado da produção das habitações de interesse social no Brasil, destacando a importância em considerar os aspectos sociais, além dos técnicos, também como parte integrante dessa problemática.

Palavras-chave: Lugar. Violência. Habitação de interesse social. Programa Minha Casa, Minha Vida.

ABSTRACT

Dwelling is one of the fundamental human rights as established by the Brazilian Federal Constitution. As one of the main problems related to housing, there is a difficulty in a treatment for the population with lower purchasing capacity, although the National Housing Policy proposes universal access to adequate dwelling for all citizens, as shown by the national plan (PlanHab) in 2010. But, it appears that Brazilian housing programs prioritize just economic and productive parameters, not analyzing other indicative, as social or cultural issues of future residents, in housing complex. These concerns can demonstrate the difficulty in establishing a sense of belonging site the locals. Including social development priorities, the housing must meet a minimal role, whose function of dwelling demands: offering welfare and providing fair and safe ambiance. This research has as objectives discuss about struggles of territory's development as part of process at establishment of new places. It was discussed in a Case of the Condomínio Vivendas Belo Vale, housing development into the first phase of the program Minha Casa, Minha Vida (MCMV), located in the Juiz de Fora/MG, through qualitative investigative and descriptive method. The transitions of families to their new home place, representing a reinstatement of collective life way. Is analyzed that places among houses and neighborhood which allow a redefinition of plenty of different cultures and identities. This reasearch points out there are a process of deterritorialization and reterritorialization is an ongoing community in development. This research intends to collaborate with the discussion about production of social housing in Brazil, highlighting the importance of emphasize social aspects, beyond the technical.

Keywords: Place. Violence. Social housing; “Minha Casa, Minha Vida” Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: cronologia da criação das instituições e das regulamentações que compõem a nova Política Habitacional brasileira. Fonte: adaptado de BRASIL, 2012, p. 5.....	21
Figura 2: localização das habitações de interesse social pertencentes ao PMCMV em Juiz de Fora. Fonte: adaptado de PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, novembro 2014.	26
Figura 3: localização do município de Juiz de Fora. Fonte: adaptado de IBGE, 2010, sem escala.	27
Figura 4: Vetores de crescimento de Juiz de Fora. Fonte: PDDU, 2000.....	29
Figura 5: Imagem aérea da cidade de Juiz de Fora. Fonte: GoogleEarth, 2015.....	29
Figura 6: Regiões de planejamento de Juiz de Fora. Fonte: OLIVEIRA, 2005.....	31
Figura 7: Implantação (esquemática) do Condomínio Vivendas Belo Vale (sem escala), empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: CAMACHO, 2013.	33
Figura 8: Imagem vista da entrada do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: arquivo pessoal, 2014.....	34
Figura 9: Imagem de parte da fachada do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: arquivo pessoal, 2014.....	59
Figura 10: Imagem da área de lazer (churrasqueira) do Condomínio Vivendas Belo Vale (vista da rua), empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: arquivo pessoal, 2014.	60
Figura 11: Imagem da área de lazer (churrasqueira) do Condomínio Vivendas Belo Vale (vista do condomínio), empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: CAMACHO, 2013.....	60
Figura 12: Parte interna da área de lazer (churrasqueira) do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	61
Figura 13: Unidade habitacional incendiada e pichada (vista da rua). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	61
Figura 14: Utilização do espaço para o lazer em frente à uma unidade habitacional pelos adultos. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.....	62
Figura 15: Utilização do espaço depredado da churrasqueira pelos jovens. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	62
Figura 16: Utilização da rua pelas crianças. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	63
Figura 17: Utilização da escada pelos adultos e crianças. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	63
Figura 18: Compartimento destinado ao depósito de lixo do condomínio. Como parte do mesmo é descoberta, implicando em fácil acesso, o lixo organizado é, muitas vezes, revirado e retirado do local a ele destinado. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	65
Figura 19: Sujeira no condomínio. Lixo espalhado próximo ao local de armazenamento. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	67
Figura 20: Sujeira no condomínio. Lixo e entulho localizados na parte posterior do condomínio. Fonte: arquivo pessoal, 2014.....	67
Figura 21: Sujeira no condomínio: lixo na área de lazer. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.....	68
Figura 22: Sujeira no condomínio. Entulho localizado na parte posterior do condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	68
Figura 23: Precária condição do calçamento do condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a...	69
Figura 24: À esquerda, vazamento de esgoto por entupimento da tubulação. À direita, vazamento de esgoto de uma das unidades habitacionais escorrendo para os fundos de outra casa. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	69

Figura 25: Notificação emitida pela CESAMA sobre a suspensão do fornecimento de água caso o pagamento da dívida não seja efetuado. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	70
Figura 26: Adaptação da moradia realizada pelos moradores, embora não seja permitida pelo PMCMV. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	71
Figura 27: Adaptação da moradia realizada pelos moradores, embora não seja permitida pelo PMCMV. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	72
Figura 28: Moradores estendem suas roupas nas escadas em função da inexistência de espaços para o fazer em suas residências. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	72
Figura 29: Terreno utilizado pelas crianças para lazer. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	74
Figura 30: O mesmo terreno utilizado pelas crianças para lazer é também utilizado por alguns moradores para acesso ao condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	75
Figura 31: Trecho da rua de acesso ao condomínio sem iluminação pública (Obs.: Após o desenvolvimento do trabalho de campo este problema foi solucionado com a implantação de iluminação pública em toda a via). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	75
Figura 32: Sujeira no bairro. Lixo espalhado próximo ao condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	76
Figura 33: Sujeira no bairro. Lixo espalhado em frente ao condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	77
Figura 34: Falta de calçadas adequadas no bairro. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	77
Figura 35: Calçada em frente à entrada do condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	78
Figura 36: Um dos locais de alagamento indicado (cruzamento entre a rua do condomínio e a rua Clóvis Seroa da Mota - em frente ao bar chamado Bar do Roberto). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	78
Figura 37: Um dos locais de alagamento indicado (Avenida Darci Vargas - próximo à rua da Escola). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	79
Figura 38: Bar/mercearia localizada próximo ao condomínio, uma das poucas opções de comércio no bairro São Geraldo. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	80
Figura 39: Avenida Darci Vargas, na altura do bairro Ipiranga – mais opções no comércio/serviço. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.	80
Figura 40: Área de churrasqueira do Condomínio Vivendas Belo Vale após pintura. Fonte: PROEXT/FAU UFJF, 2014.	85

Quadro 1: faixas de renda do PMCMV. Fonte: adaptado de BRASIL, 2015.	22
Quadro 2: modalidades do PMCMV. Fonte: adaptado de BRASIL, 2015. *Considerou-se somente as modalidades referentes às habitações em áreas urbanas.	23

Gráfico 1: números do PMCMV. Fonte: BRASIL, 2015a.	24
Gráfico 2: Quantidade de fatos correspondentes a cada categoria de análise.	56
Gráfico 3: Subcategorias pertencentes à categoria Condomínio e o número de fatos correspondentes.	57
Gráfico 4: Fatos pertencentes à subcategoria Crimes e suas respectivas frequências.	57
Gráfico 5: Fatos pertencentes à subcategoria Comportamento Social e suas respectivas frequências.	64
Gráfico 6: Fatos pertencentes à subcategoria Infraestrutura e suas respectivas frequências.	65
Gráfico 7: Fatos pertencentes à subcategoria Projeto e suas respectivas frequências.	70
Gráfico 8: Subcategorias pertencentes à categoria Bairro e o número de fatos correspondentes.	73

Gráfico 9: Fatos pertencentes à subcategoria Infraestrutura urbana e suas respectivas frequências.....	73
Gráfico 10: Fatos pertencentes à subcategoria Abastecimento e serviços no bairro e suas respectivas frequências.....	79
Gráfico 11: Fatos pertencentes à subcategoria Comportamento social no bairro e suas respectivas frequências	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocorrência de crimes violentos em Juiz de Fora. Fonte: PMMG, março de 2015...	44
Tabela 2: Identificação dos crimes violentos ocorridos em Juiz de Fora. Fonte: PMMG, março 2015.	45
Tabela 3: Ocorrência de crimes violentos no bairro São Geraldo. Fonte: PMMG, março de 2015.	45
Tabela 4: Identificação dos crimes violentos ocorridos no bairro São Geraldo. Fonte: PMMG, março 2015.	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 PREMISSA, HIPÓTESE E OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivo geral	19
1.3.2 Objetivos específicos.....	20
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2. OBJETO DE ESTUDO	21
2.1 O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA	21
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO GEOGRÁFICOS DE JUIZ DE FORA.....	27
2.3 BREVE DESCRITIVO DE CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO SÃO GERALDO... 30	
2.4 APRESENTAÇÃO DO CONDOMÍNIO VIVENDAS BELO VALE	32
2.5 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E O CONTORNO TEÓRICO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	34
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	35
3.1 AS CATEGORIAS ESPACIAIS COMO SUPORTE À COMPREENSÃO DO OBJETO DE ESTUDO	35
3.1.1 A relevância da necessidade do conhecimento dos territórios	39
3.2 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NO ESPAÇO URBANO	41
3.2.1 O problema da violência nas habitações de interesse social do PMCMV	46
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	47
4.1 MÉTODOS ADOTADOS PARA A COLETA DE DADOS TEÓRICOS	48
4.2 MÉTODOS ADOTADOS PARA A COLETA DE DADOS EM CAMPO	48
4.2.1 Observações <i>in loco</i>	48
4.2.2 Percurso comentado.....	49
4.2.3 Questionário aplicado aos moradores condomínio.....	51
4.3 INTEGRAÇÃO AO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FAU/UFJF	51
4.4 PROCESSO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFJF	53
5. ANÁLISE DA PESQUISA	54
5.1 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	54
5.2 ANÁLISE E RESULTADOS.....	56
5.3 OBSERVAÇÕES DO TRABALHO DE CAMPO	81
5.4 OBSERVAÇÕES DA ANÁLISE	82
6. CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	97

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A situação da questão habitacional no Brasil é decorrente do acelerado processo de urbanização no país, iniciado a partir das primeiras décadas do século XX, responsável por gerar diversos problemas urbanos. A carência de moradias constitui-se um desses problemas, caracterizados pelo complexo enfrentamento por parte do poder público, demandando atenção de vários atores sociais, onde, dentre esses, destacam-se: Prefeituras Municipais; Caixa Econômica Federal; construtores; projetistas; comunidades, etc. Verifica-se, como uma das principais carências relacionadas à habitação, a dificuldade no atendimento de moradias destinadas às populações de menor poder aquisitivo (AZEVEDO, 2007, p. 26). Dessa forma, as habitações de interesse social fazem parte de um contexto desafiador, pois estão inseridas em uma lógica de globalização que prioriza os aspectos do mercado e permite a produção de empreendimentos habitacionais que se voltam, com maior intensidade, ao cumprimento de parâmetros quantitativos, buscando a diminuição da carência da habitação no Brasil (DILIGENTI, 2010, p. 10).

A Política Nacional de Habitação por meio do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), previsto na Lei 11.124/05, busca, entre outros objetivos, resgatar o planejamento do setor habitacional no país de forma a contribuir para a promoção do acesso à moradia a toda a população brasileira, principalmente a de renda inferior (BRASIL, 2010, p. 25). Destacam-se, dentre as finalidades do PlanHab:

“(…) universalização do acesso à moradia digna, em particular para a população de baixa renda, por meio de uma política de subsídios, bem como reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos, privados e sociais, e buscar a ampliação das fontes de recursos. Neste sentido, o Plano pretende abranger todo o ciclo de produção do bem imóvel, desde o planejamento urbano até a viabilização da demanda, identificando os gargalos apresentados em cada etapa e propondo alternativas para seu enfrentamento, ou seja, desde medidas de estímulo à produção como à demanda” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 27).

Como resposta à crise financeira internacional, agravada no final de 2008, várias medidas foram implementadas, buscando diminuir o impacto dessa crise na economia nacional (BRASIL, 2010, p. 52). Uma das respostas foi a adoção de medidas de estímulo à indústria da construção civil, como a criação do mais recente programa habitacional brasileiro, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Realizado pelo Governo Federal brasileiro e

lançado em março de 2009, esse programa prevê a construção total de um milhão de moradias e um investimento de R\$ 34 bilhões (BRASIL, 2010, p. 52). Constitui-se como um dos desafios do PMCMV, produzir habitações sustentáveis e de boa qualidade; características que envolvem o cumprimento de diversos aspectos, em diferentes escalas, desde a integração urbana à construção adequada de edificações que assegurem abrigo e proteção.

Corroborando essa discussão, destaca-se o seguinte posicionamento: “aliar produção em larga escala com a qualidade dos empreendimentos e sua relação com a cidade, bem como promover a qualidade de vida dos moradores” (MAGALHÃES, 2013, p. 20) é o grande desafio do PMCMV. Destaca-se também a relevância da implementação de trabalhos sociais desenvolvidos com a população beneficiária do programa, buscando contribuir para o fortalecimento da mesma no sentido de desenvolvimento da comunidade a ser criada nesses novos empreendimentos habitacionais. Priorizando a adoção de medidas inclusivas e socioeducativas, as ações desenvolvidas pelos trabalhos sociais contribuem para a promoção da sustentabilidade e para facilitar a organização e a gestão da comunidade (MAGALHÃES, 2013, p. 20). A população beneficiada possui o direito ao acesso a equipamentos e serviços públicos e comunitários, à condição adequada de acessibilidade, mobilidade e inserção urbana, entre outros; os quais permitem colaborar para a fixação da mesma nos empreendimentos produzidos (BRASIL, 2010, p. 59). Todavia, embora os recém lançados empreendimentos do PMCMV contribuam para a diminuição da carência de moradias no país, os mesmos constituem-se em áreas que apresentam diversos problemas sociais, arquitetônicos e urbanísticos, fato esse recorrente e predominante em todas as regiões brasileiras (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 44).

1.2 JUSTIFICATIVA

O interesse em realizar esta pesquisa se deu, inicialmente, em função da observação da origem e expressividade das ações violentas ocorridas no município de Juiz de Fora / MG no ano de 2013, principalmente, por meio do elevado número de homicídios registrados na cidade no citado ano: 139, no total (SANGLARD, 2014, p. 1). Integrante do sistema de defesa social, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), órgão responsável por preservar a ordem pública no Estado, frequentemente divulga as informações sobre o aumento dos índices de violência e criminalidade na cidade, bem como a imprensa colabora para tornar públicos esses acontecimentos. Soma-se a esse contexto, a situação dos resultados da produção da habitação de interesse social nacional, realizada pelo PMCMV do Governo Federal, cujos

empreendimentos apresentam deficiências diversas (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 44), destacando-se, nesses espaços, o surgimento de práticas de violência, apresentando naturezas variadas.

Direito fundamental da pessoa humana, a moradia integra os direitos sociais conforme estabelecido na Constituição Federal brasileira, juntamente com a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, entre outros. De acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2011, p. 15), o PlanHab considera a moradia como um direito que também deveria incluir a obtenção de outros bens e serviços, considerando não somente uma casa para morar.

Em não conformidade com a política estabelecida pelo Ministério das Cidades, a ausência da integração social e urbana (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 44), uma das principais características dos empreendimentos do PMCMV, não corresponde às práticas do desenvolvimento sustentável. Contribui para o agravamento dessa situação, a verificação da existência de diversos conflitos entre moradores residentes em um mesmo conjunto habitacional, uma vez que, provenientes de diferentes regiões, apresentam grande diversidade cultural, ideológica e comportamental. Brigas de gangues, homicídios, depredação de alguns imóveis e dos espaços comuns dos empreendimentos, entre outros, são exemplos da violência que ocorre nesses conjuntos habitacionais (SANCHES et al, 2013, p. 2; VIEIRA, 2002, p. 6; MARTINS, 2003, p. 7). Segundo Rolnik (2014, p. 1) essas características não são pontuais, ou seja, essa realidade se encontra presente em diversos empreendimentos do PMCMV por todo o Brasil e isso vem sendo noticiado cotidianamente.

Durante uma entrevista sobre a violência ocorrida nas habitações de interesse social em Juiz de Fora, o professor Dr. Eduardo Salomão Condé, do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), evidenciou que os moradores desses empreendimentos “perderam toda a relação de vizinhança, toda a ideia de pertencimento (...). Fica difícil até a relação de solidariedade entre eles. E esse clima em um loteamento mal estruturado agrava o problema” (BRUM, 2013, p. 1). Esta afirmação é ratificada no discurso de Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, ao discorrer sobre a sustentabilidade no PMCMV, destacando a necessidade de ampliação das atividades de assistência social aos moradores, permitindo que as ações não sejam direcionadas essencialmente na constituição do empreendimento (MAGALHÃES, 2011, p. 9). Para Magalhães (2013, p. 21), o fato de haver o compromisso com o pagamento da prestação da moradia, ainda que seja simbólico, contribui para a promoção do sentimento de pertencimento. Todavia, faz-se necessário a

adoção de ações que auxiliem as famílias a compreender que possuem deveres e direitos, apresentando a elas noções de cidadania e vivência em comunidade, visando o desenvolvimento social.

Torna-se necessária à problemática da habitação de interesse social, a observância dos princípios do desenvolvimento sustentável, uma vez que a inclusão de seus critérios, considerando os interesses sociais, leva a uma ampliação da qualidade do ambiente, contribuindo para a obtenção de “empreendimentos que sejam socialmente mais inclusivos no âmbito urbano e espacialmente adaptáveis às necessidades de usos atuais e futuros” (ZAMBRANO, 2014a, p. 19).

Segundo Salles (2007, p. 18), para que um ambiente seguro seja construído, são recomendadas ações direcionadas para a inibição do cometimento de crimes e/ou violência. Para isso, essas ações devem se basear em “critérios mensuráveis da infraestrutura do local, das edificações, dos elementos construtivos, da permeabilidade visual, das condições de iluminação e das características dos elementos escolhidos” (SALLES, 2007, p. 18). Para Salles (2007, p.18), os espaços que são utilizados somente como passagens são exemplos das causas de insegurança e do enfraquecimento da vida social, resultando na sua insustentabilidade. Isso implica na adoção medidas de produção, manutenção e renovação do espaço urbano que apresentem como foco a promoção de ambientes seguros, que é uma característica essencial de um espaço sustentável.

Discute-se, no Brasil, a existência de conjuntos habitacionais que possuem elementos de uma arquitetura, segundo Kowaltowski et al (2006, p. 133), “não humanizada”, sendo a monotonia do espaço, a ausência de um paisagismo, a falta de manutenção de edifícios e terrenos, e a preocupação intensa com a segurança em oposição à proteção; partes integrantes desse aspecto. Entretanto, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004, p. 8), a humanização compreende-se na “valorização dos diferentes sujeitos implicados em determinado processo de produção (...). A corresponsabilidade entre os sujeitos, o estabelecimento de vínculos solidários e a participação nesse processo, fazem parte dessa humanização” (BRASIL, 2004, p. 8).

Uma das estratégias em segurança pública, realizada pelo Ministério da Justiça, constitui-se através do incentivo à produção de espaços urbanos seguros, apresentando ações voltadas para a prevenção e redução da violência em determinados espaços públicos, como ruas, praças, calçadas, parques, centros comunitários, áreas de jardins, entre outros. Essa estratégia é uma das propostas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI),

instituído em 2007, que busca “articular políticas de segurança com ações sociais e priorizar a prevenção com foco nas causas que levam à violência” (BRASIL, 2009, p. 5), proporcionando, entre outros resultados, uma significativa melhoria na qualidade de vida da população (BRASIL, 2009, p. 5).

O PRONASCI é considerado um resultado da “recente emergência da temática da segurança pública no pensamento e nas práticas do planejamento urbano nacional” (RICADO et al, 2013, p. 9), uma vez que a dimensão socioambiental é introduzida ao tornar o espaço objeto de intervenção direta, deixando de considerá-lo somente como um local de ocorrência de ações humanas violentas. Entretanto, embora haja iniciativas que visem produzir espaços urbanos seguros, não se observam investimentos reais em técnicas arquitetônicas que poderiam contribuir para a segurança desses espaços. Considerar os recursos arquitetônicos como algo essencial à intervenção urbana que se pretende implementar, não os utilizando apenas como “perfumaria”, é um importante desafio (RICARDO et al, 2013, p. 14). Desta forma, é percebido que existem produções acadêmicas que, embora abordem aspectos sociais, direcionam suas análises às considerações dos aspectos físico-espaciais na avaliação da qualidade da habitação de interesse social, divergindo do foco dado por essa pesquisa.

Magalhães (2011, p. 6), enfatiza ser essencial a consideração do tema da segurança pública pelas cidades, apontando o PRONASCI como resultado de ações que consideram os municípios como um dos principais atores para a efetivação da mesma. Um caminho indicado para essa questão é a possibilidade do governo centrar suas ações na exploração da dimensão do território, pouco discutido nas políticas públicas em geral, por meio de uma matriz de políticas específicas para cada um deles. Dessa forma, é possível identificar características gerais, de fragilidade e de potencialidade, em relação a diversas questões, incluindo segurança, habitação, entre outros (MAGALHÃES, 2011, p. 9). Melo (2011, p. 20) acrescenta ainda que a leitura do território também contribui para a compreensão da relação entre o sujeito e o espaço, possibilitando verificar as suas necessidades por meio do conhecimento do “ritmo de vida, histórias de vida, trajetórias, vínculos sociais, entre outras questões subjetivas” (MELO, 2011, p.20), indicando a relevância da realização de uma análise socioterritorial.

Os aspectos acima citados, na maioria das vezes, não fazem parte dos critérios adotados para a seleção das famílias beneficiadas do PMCMV. Nesses casos, o território é considerado, “mais um espaço geográfico administrativo para identificar (...) aqueles que serão beneficiados ou assistidos pelas políticas e não como um local de vivência” (KOGA, 2011, p. 22), resultando na constituição de ambientes com características sociais críticas. Essa situação resulta,

conforme Palermo (2009, p. 18), em espaços de difícil apropriação, distanciando do que Saúgo (2012, p. 102) indica como aspectos fundamentais que contribuem para garantir a sustentabilidade social: promoção de “(...) ambientes internos e externos como locais que promovam a saúde, a vivência familiar e as relações de vizinhança” (SAÚGO, 2012, p. 102).

1.3 PREMISSA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

Trabalha-se, como premissa, a existência do território intermediário (entre a cidade e o lugar da unidade arquitetônica), que contribui para a formação cidadã do grupo, implicando na humanização do conjunto, bem como na integração desse com o bairro, e repercutindo na percepção positiva para o lugar. Como consequência, busca-se atingir melhores índices de espaços urbanos seguros e redução da violência, contribuindo para assegurar a sustentabilidade local.

O deslocamento da população para uma nova moradia implica no surgimento de um processo de dominação/apropriação de um novo território. A territorialidade está intimamente relacionada ao “modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986, apud HAESBAERT, 2004, p. 3).

Por meio da observação do referencial teórico relativo à territorialidade acima citado, temos como primeira hipótese de que há um território intermediário, indefinido, com o deslocamento da população de diferentes lugares para compor um conjunto residencial dentro do PMCMV. Decorrente dessa hipótese temos que a arquitetura e urbanismo, por meio do ambiente construído, tem relevância para a contribuição dos espaços urbanos seguros, visto de forma ampliada. Ou seja, busca-se também confirmar a hipótese de que o enfoque dado às investigações no âmbito habitacional, deve-se estender para além da análise da dimensão da unidade arquitetônica, evidenciando a necessidade de um olhar mais primoroso voltado às áreas coletivas dos empreendimentos habitacionais, bem como às áreas públicas pertencentes ao seu entorno próximo.

1.3.1 Objetivo geral

Investigar os fatos conflituosos existentes no Condomínio Vivendas Belo Vale, localizado na cidade de Juiz de Fora / MG e suas interferências na constituição de espaços urbanos seguros, e como estes são influenciados pelo ambiente construído.

1.3.2 Objetivos específicos

- apontar a relevância que o sentido de lugar apresenta na criação de empreendimentos habitacionais de interesse social;
- identificar a essência das situações conflituosas que interferem na satisfação dos moradores do Condomínio Vivendas Belo Vale;
- propor elementos que auxiliem na delimitação do território intermediário de recomposição social das famílias beneficiadas pelo PMCMV, por meio do suporte teórico de quatro categorias espaciais: espaço, lugar, paisagem e território.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação estrutura-se em seis seções. A primeira refere-se à Introdução, onde o tema da pesquisa é apresentado, seguido de sua justificativa e construção da hipótese. Situa-se, também, os objetivos a serem alcançados.

A segunda seção trata do objeto de estudo da pesquisa, apresentando-o por meio do destaque de suas principais características, critérios para a sua seleção, e o contorno teórico necessário para a realização do estudo de caso; antecedentes da apresentação do PMCMV onde é realizada uma análise sucinta de sua criação, apresentando o histórico de sua implementação, principais números e seus desafios e avanços, especificamente, direcionando a investigação para a cidade de Juiz de Fora. Também é realizada uma apresentação da cidade e do bairro São Geraldo, onde o empreendimento habitacional está localizado.

Na sequência, é realizada a apresentação da fundamentação teórica, na Seção 3, sobre a qual se baseiam as investigações sobre: (1) as categorias espaciais: espaço, lugar, paisagem e território; (2) a relevância da necessidade do conhecimento dos territórios; (3) a violência e a criminalidade no espaço urbano; (4) o problema da violência nas habitações de interesse social; onde são expostos os conceitos e aplicações nos empreendimentos habitacionais de interesse social.

A Seção 4 apresenta o método de investigação utilizado, descrevendo os trabalhos de gabinete e de campo. Após, são expostas as etapas que permitiram a análise dos dados, indicando a sistematização dos mesmos, ou seja, sua organização e tabulação; e os resultados; bem como o desenvolvimento do trabalho de campo, apontando os desafios e dificuldades encontrados. Em seguida, é exposta a análise dos dados e, na Seção seguinte, a conclusão por meio da

verificação do cumprimento, ou não, da hipótese do trabalho, dos objetivos propostos, realizando uma síntese dos resultados encontrados durante a pesquisa. Por fim, as referências utilizadas no trabalho são indicadas, seguidas do Apêndice, contendo os instrumentos utilizados.

2. OBJETO DE ESTUDO

2.1 O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

As últimas décadas do século XX foram marcadas por uma rápida urbanização, vinculada a um processo de industrialização tardia, a qual gerou diversos problemas urbanos complexos e delicados de enfrentar. A carência que mais se destacou, vinculada à habitação da população de baixo poder aquisitivo, foi a de moradias, embora haja também carências relacionadas ao saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, transporte, etc. Caracterizado como um problema estrutural grave, a insuficiência habitacional do país, tem estimulado o desenvolvimento de vários esforços do governo. Ao longo da história, vários modelos de políticas públicas foram realizados com o objetivo de contribuir para solucionar o problema, porém, sem sucesso efetivo (AZEVEDO, 2007, p. 28). Com esse mesmo objetivo, chegou-se atualmente à composição de uma Política Habitacional, cujas principais ações, instituições e regulamentações que a compõe estão indicados no esquema cronológico a seguir:

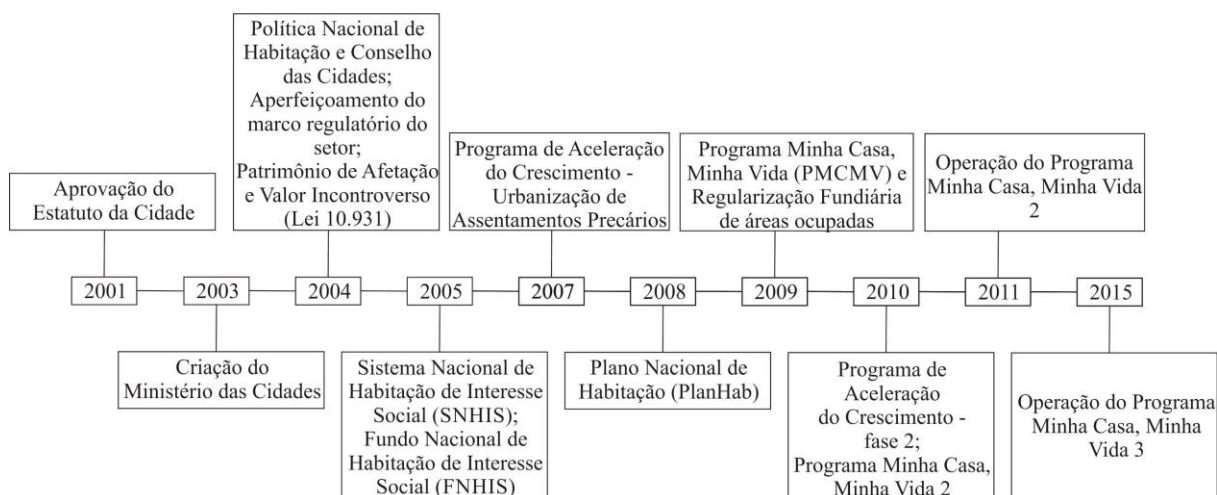


Figura 1: cronologia da criação das instituições e das regulamentações que compõem a nova Política Habitacional brasileira. Fonte: adaptado de BRASIL, 2012, p. 5.

A Política Nacional de Habitação busca orientar o planejamento de ações públicas e privadas para atender às necessidades da habitação no país. Nessa perspectiva, foi criado o PMCMV, em 2009, cujas características encontram-se descritas a seguir.

O PMCMV é uma ação do Governo Federal brasileiro que visa disponibilizar condições de financiamento de moradias em áreas urbanas e rurais, destinado a famílias que possuem baixo poder aquisitivo e à classe média, sendo constituído por meio de parcerias com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos (BRASIL, 2015b, p. 1). O Programa foi idealizado para combater a redução da carência de moradias no Brasil, criado como oportunidade de enfrentamento da crise internacional, cujo agravamento impôs ao governo a adoção de medidas que mitigassem o impacto dessa crise em diferentes setores da economia. Dessa forma, diversas ações foram centralizadas no setor da construção civil, sendo chamadas de “medidas de estímulo”. A principal medida foi a criação do PMCV, baseado no pensamento de que são gerados mais empregos e oportunidades de negócio, fato esse que corresponde a uma estratégia de alavancagem do desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2010, p. 52).

Buscando atender diversas faixas de renda, o PMCMV utiliza-se das seguintes estratégias: primeiramente, deve-se verificar em qual faixa de renda enquadra-se a família, conforme indicado no quadro a seguir.

Faixas de renda do PMCMV	
Faixa 01	Famílias com renda mensal bruta de até R\$1.600,00
Faixa 02	Famílias com renda mensal bruta de até R\$3.275,00
Faixa 03	Famílias com renda mensal bruta acima de R\$3.275,00 até R\$5.000,00

Quadro 1: faixas de renda do PMCMV. Fonte: adaptado de BRASIL, 2015.

Para cada faixa de renda, o programa estrutura-se em diferentes modalidades, identificadas de forma sucinta no próximo quadro.

Modalidades do PMCMV*		
Faixa 01	Empresas	Através da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Nessa modalidade, a maior parte do subsídio é da União. A parcela paga pelo beneficiário é de 5% da renda mensal, com prestação mínima de R\$ 25.
	Entidades	Através de cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. O trabalho é feito por meio da produção, aquisição ou requalificação de imóveis já

		existentes. A União concede subsídio para a construção da unidade por meio de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma entidade. A parcela paga pelo beneficiário é de 5% da renda mensal, com prestação mínima de R\$ 25.
	Municípios com até 50 mil habitantes	Municípios não integrantes de regiões metropolitanas das capitais estaduais. O subsídio é da União, sendo que o valor de contrapartida pode ou não ser cobrado do beneficiário.
Faixa 02	FGTS	Atende às famílias com renda mensal até R\$ 5 mil por meio do financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
Faixa 03		

Quadro 2: modalidades do PMCMV. Fonte: adaptado de BRASIL, 2015. *Considerou-se somente as modalidades referentes às habitações em áreas urbanas.

Além de aumentar o acesso à moradia, o PMCMV possui os seguintes objetivos: estimular a execução de habitação de interesse social em larga escala; contribuir para o crescimento econômico do país; promover a distribuição de renda e a inclusão social; e mobilizar o mercado formal na produção de habitação de interesse social (AVESANI, 2014, p. 3).

Um ano após a implementação do PMCMV, o Ministério das Cidades (2010, p. 57), publicou um parecer sobre o mesmo, indicando seus avanços e desafios futuros, destacando a intenção do Programa em articular estados e municípios, fato esse que proporcionaria obter empreendimentos com adequada implantação, sem comprometer sua integração com a cidade, bem como com a malha viária, infraestrutura e equipamentos básicos existentes. Também foi evidenciado que o PMCMV estaria alinhado aos conceitos e ações do Plano Nacional de Habitação. Todavia, muitos desses aspectos caminham no sentido contrário ao que efetivamente tem ocorrido nas cidades.

Cabe aqui destacar que, de fato algumas práticas foram atendidas segundo previa o PlanHab, por meio, por exemplo, do estabelecimento de mecanismos de subsídios diretos, provocando a ampliação do atendimento para faixas de renda antes assistidas de forma limitada. Contudo, não é considerado, por exemplo, a compreensão de diferentes realidades para o melhor enfrentamento da carência habitacional. Verifica-se o surgimento de empreendimentos em grande escala, seguindo uma lógica de racionalização da produção, não considerando as necessidades habitacionais locais (IPEA, 2013, p. 45).

Em setembro de 2012, foi lançada a segunda fase do Programa. Como resposta às críticas ocorridas na primeira fase, algumas adaptações foram realizadas, tais como: “melhoria do padrão construtivo das habitações, autorização do uso misto nas edificações (residencial e comercial), incentivo no uso de tecnologias sustentáveis” (ex.: emprego de energia solar) (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 43). Em 2015, o PMCMV será novamente aperfeiçoado, visto que serão apresentadas mudanças relacionadas ao aumento do número de pessoas a serem atingidas. Tal fato será permitido por meio da criação de uma nova modalidade de financiamento, denominada “Faixa 01 com FGTS”, onde será realizada uma associação de características das faixas 01 e 02. Contudo, estudos ainda estão sendo desenvolvidos visando avaliar as mudanças e a transição entre essas fases. Como diretriz para a terceira fase, o PMCMV estima a produção de mais três milhões de unidades habitacionais até o final de 2018. O Governo possui como meta atingir seis milhões e setecentos e cinquenta mil unidades considerando as três fases (BRASIL, 2015, p. 1). A magnitude do Programa é percebida por meio da observação de seus números totais, especificados no gráfico a seguir, desde sua criação, em 2009, até janeiro de 2015.

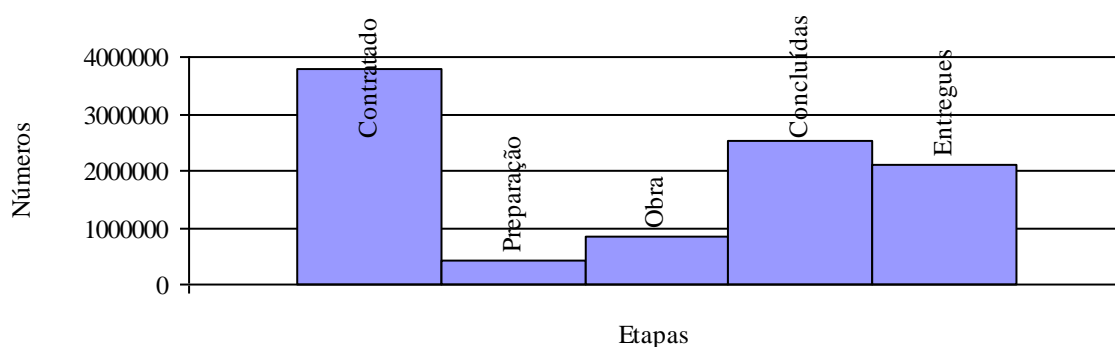


Gráfico 1: números do PMCMV. Fonte: BRASIL, 2015a.

Embora seja reconhecida a efetiva contribuição do PMCMV na provisão de habitações, é importante destacar que sua análise não deve se restringir aos números. Conforme Cardoso e Aragão (2013, p.44), alguns aspectos, indicados em oito itens a seguir, estariam sendo mal conduzidos pelo Programa, tornando-se parte da realidade das cidades brasileiras.

“(i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e

construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação; (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado” (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 44).

A ocorrência desses aspectos pode ser compreendida em função do programa favorecer o setor privado, tornando-o agente promotor. Cardoso e Aragão (2013, p. 54) exemplifica tal fato na busca pela maximização do investimento por parte das construtoras, ao selecionarem terrenos mais baratos, comprometendo o acesso dos moradores à infraestrutura e resultando no “aumento do custo social final do empreendimento” (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 54). Destaca-se ainda a carência do PMCMV relacionada à participação e controle social, indo de encontro aos princípios da política habitacional vigente (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 63).

Contemplados pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realizar uma avaliação do PMCMV, um grupo de onze pesquisadores formam a Rede Cidade e Moradia que, desde 2013, desenvolvem relatórios de pesquisas sobre o Programa. Seu objetivo é incentivar a produção acadêmica, o desenvolvimento de metodologias de análise e apresentar um material para o aperfeiçoamento da política habitacional do país. Esses documentos produzidos indicam problemáticas estruturais do PMCMV e suas interferências nas cidades e na vida das famílias beneficiadas. Os principais resultados parciais foram divulgados por meio de uma nota pública, onde foram destacados o padrão de cidade segregada e sem urbanidade que o Programa produz. Isso ocorre em função dos empreendimentos serem mal atendidos por transporte, infraestrutura e oferta de serviços urbanos. Apresentando uma produção padronizada e em larga escala, o Programa produz habitações que não se integram às cidades (ROLNIK, 2014, p. 1).

Em Juiz de Fora, o principal programa de habitação atual é o PMCMV, tendo o seu primeiro empreendimento habitacional de interesse social, pertencente ao Programa, inaugurado em 2011. No município estão previstas as construções de mais de cinco mil unidades habitacionais destinadas a faixa 01 (PJF, 2015, p. 1). A figura a seguir apresenta a localização das habitações de interesse social do PMCMV no município, indicando que onze, dos quinze empreendimentos foram concluídos; e quatro encontram-se em construção.

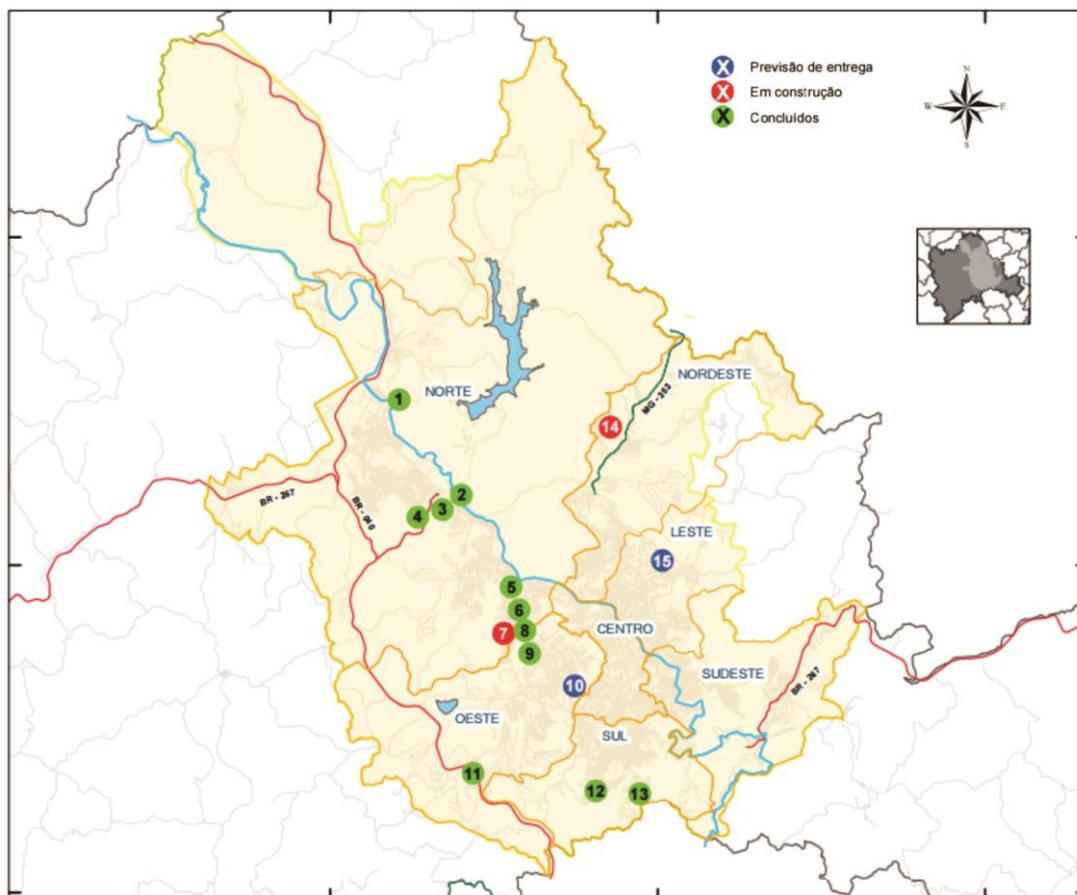


Figura 2: localização das habitações de interesse social pertencentes ao PMCMV em Juiz de Fora. Fonte: adaptado de PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, novembro 2014.

Não diferindo da realidade nacional, a produção das moradias em Juiz de Fora vai de encontro à política habitacional do município, pois as ações do programa se direcionam a bairros novos ou ainda em consolidação. Tal fato é comprovado ao observar a imagem acima, que indica que a maioria dos empreendimentos encontram-se na região oeste e norte (regiões com maior disponibilidade de terrenos e interesse imobiliário), apesar de serem as regiões leste e nordeste as detentoras de um maior número de ocupações irregulares, áreas de risco, habitações precárias, etc. (CASSAB e PINTO, 2013, p. 60).

Dessa forma, tem-se observado em Juiz de Fora, assim como em todo o Brasil, o não atendimento das carências habitacionais por meio da implantação do PMCMV, uma vez que o mesmo focaliza a construção de novas habitações. Para que as carências sejam solucionadas, ou pelo menos minimizadas, o PMCMV deve adotar procedimentos que incluam de fato o que o Estatuto da Cidade e o PlanHab estabelecem.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SÓCIO GEOGRÁFICOS DE JUIZ DE FORA

O empreendimento habitacional escolhido para a realização do estudo de caso, localiza-se em Juiz de Fora, cidade caracterizada como pólo e de porte médio da Mesoregião da Zona da Mata mineira. Juiz de Fora passou, no decorrer das últimas décadas, por um acelerado crescimento de sua população, com sucessivas transformações do ambiente urbano. Possui localização privilegiada, que colaborou para o seu desenvolvimento, a 21°41'20" de latitude sul e a 43°20'40" de longitude oeste, entre as cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro (COSTA et al, 2009, p. 3). Possui 516.247 habitantes e a área de sua unidade territorial é de 1.435,664 km², dividida em quatro distritos: Distrito Sede, Rosário de Minas, Torreões e Sarandira (IBGE, 2010 p. 1). A superfície do município é dividida em Área Rural e Área Urbana, cuja área do perímetro urbano possui cerca de 400km², o que equivale a 56% da área do Distrito-Sede (JUIZ DE FORA, 2015, p. 1).

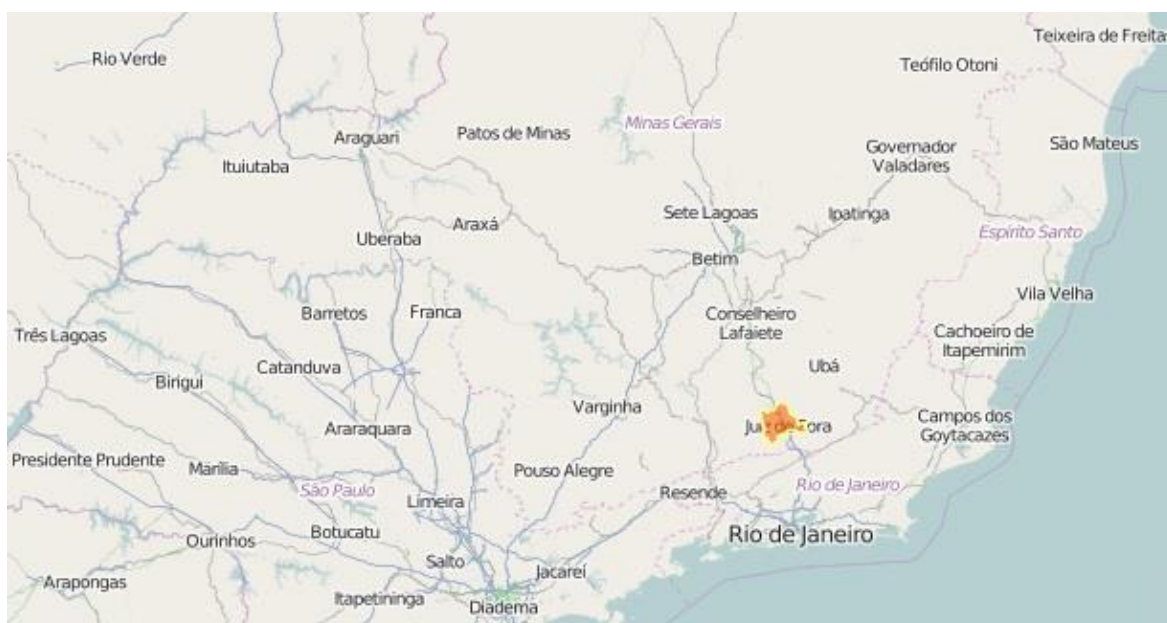


Figura 3: localização do município de Juiz de Fora. Fonte: adaptado de IBGE, 2010, sem escala.

Juiz de Fora consolidou-se ao longo do vale do Rio Paraibuna, cuja localização e traçado permitiram o intercâmbio entre a cidade mineira e o estado do Rio de Janeiro (JUIZ DE FORA, 2015, p. 1). A cidade teve sua origem diretamente relacionada com o início da decadência do Ciclo do Ouro, época onde uma nova rota foi criada, conhecida posteriormente como Caminho Novo (entre a cidade do Rio de Janeiro e Ouro Preto – antiga Vila Rica). Uma via comercial estratégica onde, ao longo de seu percurso, surgiam ranchos, hospedarias e os postos de fiscalização das riquezas; além dos povoados e vilas que dariam origem,

futuramente, à diversas cidades, entre elas: Juiz de Fora. Até meados do século XIX a implantação do Caminho Novo foi responsável pela formação do núcleo urbano existente da cidade (LESSA, 1985, p. 15).

A área central passou a ser ocupada mais rapidamente com a nomeação de Henrique Halfeld como Engenheiro da Província, cuja atribuição era projetar e construir uma nova estrada facilitando a comunicação entre Vila Rica (atual Ouro Preto) e Juiz de Fora. A partir dessa nomeação, Halfeld inicia o desenho e construção da “Estrada Nova do Paraibuna”, projeto da atual Avenida Barão do Rio Branco, que previa um grande eixo viário e a demarcação de terras que, mais tarde, seriam doadas para a implantação da futura malha urbana da cidade. No final do século XIX, havia a preocupação com as atividades surgidas com o desenvolvimento urbano. Entretanto, antes disso, havia chegado à cidade o engenheiro Mariano Procópio Ferreira Lage, que tinha estreitos laços com o Imperador, e de quem obteve a permissão para construir uma nova estrada de ligação entre as cidades de Petrópolis e Juiz de Fora. Assim, a Estrada União Indústria é construída, entre 1856 e 1861, gerando grande impacto no desenvolvimento da cidade e promovendo a consolidação da economia cafeeira de Juiz de fora e região. Contudo, a visão futurista de Mariano Procópio o levou a propor um traçado para a nova estrada que evitava a Estrada Nova do Paraibuna, anteriormente implantada por Halfeld (LESSA, 1985, p. 68).

Mariano Procópio adquiriu terras na região centro-oeste da cidade, ali consolidou um novo núcleo urbano (conhecido como Vilagem) praticamente independente do povoamento da região central, distante 6 km. Por meio da atual rua Mariano Procópio, ele promoveu a ligação entre a Vilagem e a cidade do Paraibuna (Juiz de Fora); porém ao se aproximar da Estrada Nova, realizou uma deflexão à esquerda, gerando o eixo da atual Avenida Getúlio Vargas. O engenheiro justificou sua decisão pelo fato de ter procurado áreas mais planas que pudessem viabilizar, futuramente, a transformação da estrada em linha férrea (LESSA, 1985, p. 72). Essa determinação permitiu consolidar a área central atual, formada pelo triângulo constituído pelas principais vias do centro da cidade: Avenidas Rio Branco, Itamar Franco e Getúlio Vargas. Dessa forma, tem-se também a Avenida Rio Branco como um eixo estruturador do crescimento da cidade, uma vez que, ao estar direcionada no eixo norte-sul, é responsável por permitir acesso a vários bairros pertencentes a diferentes regiões.

Contribuíram, também, para o crescimento da cidade, a posterior implantação das rodovias BR-040, BR-267 e MG-353. Portanto, há, conforme o Plano Diretor Municipal a existência de diferentes vetores, sendo dois deles os principais: Avenida Rio Branco, estruturadora da

região central e a Avenida Brasil, implementada ao longo do rio Paraibuna (JUIZ DE FORA, 2015).

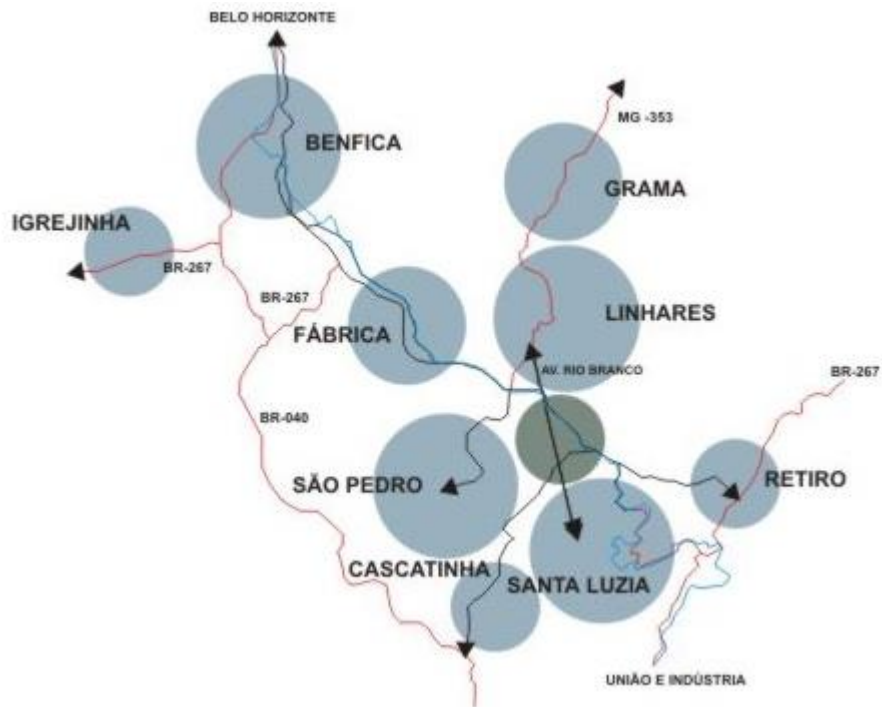


Figura 4: Vetores de crescimento de Juiz de Fora. Fonte: PDDU, 2000.

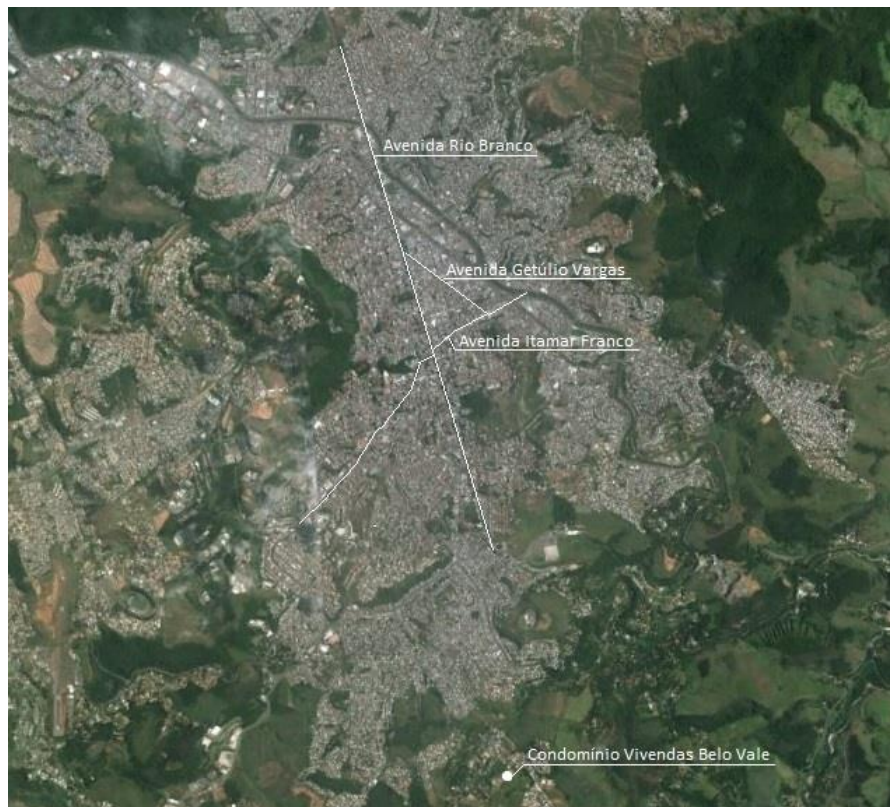


Figura 5: Imagem aérea da cidade de Juiz de Fora. Fonte: GoogleEarth, 2015.

A configuração atual da cidade é consequência de fatores geomorfológicos, aliados às definições políticas e econômicas relacionadas à expansão da cidade (JUIZ DE FORA, 2000). Possuindo as consequências mais recentes do acentuado processo de urbanização do Brasil, Juiz de Fora é exemplo de uma típica cidade média brasileira, apresentando, em comparação com as grandes metrópoles do país, maiores índices de crescimento, bem como concentração econômica e demográfica. Com relação aos planos de gestão urbana, verificam-se ações que priorizam as parcerias público-privadas, seguindo o fundamento do mercado imobiliário e da construção civil, cuja produção resulta numa cidade composta por diferentes regiões, ora apresentando vazios urbanos, ora muito adensadas demograficamente (TASCA, 2012, p. 8). Essa lógica de produção tem origem na dinâmica do capital, ou seja, o território organizando-se conforme a valorização das regiões, ou também a diferenciação de regiões com o objetivo de se tornarem atrativas ao capital (TASCA, 2012, p. 11).

No cenário econômico, o setor terciário se destaca, tendo se consolidado no decorrer das últimas décadas. A oferta de serviços educacionais é um fator relevante na atratividade da cidade. Existem estudantes que migram diariamente para a cidade, bem como os que nela se estabelecem, proporcionando o aquecimento do mercado imobiliário, principalmente nas regiões central e no entorno do Campus da UFJF. De forma simultânea, percebe-se a existência de um novo padrão de organização espacial de comércio e serviços, pois verifica-se o surgimento de atividades, tradicionalmente concentradas no centro da cidade, gerando novas centralidades, característica essa decorrente do crescimento urbano (GERALDO, 2011, p. 59).

2.3 BREVE DESCRITIVO DE CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO SÃO GERALDO

Juiz de Fora possui onze regiões de planejamento, conforme o seu primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) instituído em 2000, sendo oito urbanas e três distritais. Essa divisão possibilita seu ordenamento e tratamento técnico, bem como permite a comunicação entre a prefeitura e a comunidade, por meio de oficinas regionais (JUIZ DE FORA, 2015). Com o intuito de indicar as características da dinâmica socioespacial a qual o condomínio se insere, a seguir são expostas algumas informações sobre a Região de Planejamento Santa Luzia, cuja delimitação inclui o bairro São Geraldo.



Figura 6: Regiões de planejamento de Juiz de Fora. Fonte: OLIVEIRA, 2005.

A estrutura espacial da Região de Planejamento Santa Luzia apresenta-se de maneira diferenciada. Situada entre a área central e o limite sul da cidade, a região encontra-se desarticulada dos principais eixos viários, incluindo a Avenida Rio Branco. O padrão de ocupação é considerado inferior se comparado à Região de Planejamento Centro, ou seja, a região é menos densa, apresentando muitos vazios urbanos. O bairro São Geraldo enquadra-se na região mais periférica dessa RP, configurando uma área de fronteira urbana, distanciando-se, aproximadamente, 8km do centro (JUIZ DE FORA, 2000).

Os bairros que integram a RP Santa Luzia possuem participação econômica pequena em relação ao restante da cidade, pois somente dois bairros que a integram se sobressaem economicamente: Santa Luzia qualificada como região comercial e Graminha como região com elevado consumo industrial (JUIZ DE FORA, 2000). Com relação às condições sociais, a maioria da população possui baixo poder aquisitivo. Há dois conjuntos de bairros definidos: os de maior e menor poder aquisitivo, sendo o bairro São Geraldo integrante do conjunto formado por bairros com padrão socioeconômico inferior aos demais. As atividades econômicas se apresentam mais localizadas nos corredores de bairros, e os equipamentos de

maior porte são implantados nas vias principais. Os serviços de infraestrutura, como coleta de lixo, fornecimento de água e esgoto se diferem dos bairros mais próximos à região central, chegando a 80% o atendimento. O bairro São Geraldo, especificamente, apresenta predomínio de lotes pequenos e a forma de assentamento horizontal composta, em sua maioria, por uso residencial. Há também muitas áreas não ocupadas e pequenos sítios próximos ao limite da cidade (TASCA, 2010, p. 12).

Apresentando aspectos comuns ao processo de urbanização das cidades em todo o Brasil, Juiz de Fora necessita de atenção na habitação, assim como em sua infraestrutura e serviços urbanos, no sistema de tráfego de veículos, entre outros (PJF, 2015). A população de menor poder aquisitivo se localiza em regiões precárias em infraestrutura urbana, pois possuem dificuldades para a obtenção de lotes urbanizados. Conseqüentemente, por não haver possibilidade de acesso à terra, a carência habitacional é indicada como um dos grandes problemas da cidade, assim como a falta de condições para que seja realizado o direito de morar/habitar (VARGAS, 2013, p. 2).

2.4 APRESENTAÇÃO DO CONDOMÍNIO VIVENDAS BELO VALE

Para fins desse trabalho, buscou-se analisar um empreendimento destinado às famílias que se enquadram na Faixa 01 do Programa Minha Casa, Minha Vida. Caracterizado como Condomínio, o empreendimento habitacional Vivendas Belo Vale, objeto de estudo dessa pesquisa, apresenta uma única tipologia: trinta e dois sobrados, cada um possuindo quatro unidades habitacionais, totalizando cento e vinte e oito. Possui também portaria, área de lazer (churrasqueira), área para depósito de lixo, parque infantil e quatro ruas internas. Desde sua inauguração, em 2011, o Condomínio confronta-se com diversas situações relacionadas à precariedade de suas edificações, muitas delas apresentando patologias diversas, resultando em abandonos e conseqüentes invasões (ZAMBRANO, 2014).



Figura 7: Implantação (esquemática) do Condomínio Vivendas Belo Vale (sem escala), empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: CAMACHO, 2013.

O critério de seleção das famílias beneficiadas se deu por meio de um sorteio das pertencentes ao Cadastro Único. Segundo a coordenadora do Núcleo de Projetos Sócio Habitacionais da Empresa Regional de Habitação do município (EMCASA), essa é a alternativa atual encontrada para dar resposta à elevada demanda em relação à oferta de habitações. Esse fato colabora para aproximar indivíduos provenientes de diversos bairros do município, os quais apresentam grande diversidade.

O Condomínio também enfrenta a inadequação familiar, visto que há relatos de famílias constituídas por até treze pessoas residindo na mesma unidade habitacional. A situação dos imóveis é crítica, uma vez que são verificadas, além das invasões anteriormente citadas, aluguéis e repasses (ZAMBRANO, 2014). Há relatos e constatações de ocorrência de variados tipos de violência, sejam elas internas ou externas ao ambiente doméstico. Essas condutas ilícitas são teoricamente reflexos da tentativa de “territorializar o espaço”, buscando o controle e o poder de um grupo ou indivíduo sobre os outros.



Figura 8: Imagem vista da entrada do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: arquivo pessoal, 2014.

2.5 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E O CONTORNO TEÓRICO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso possui como objeto de análise o Condomínio Vivendas Belo Vale visto que, por ser o primeiro a ser implementado na cidade, esse empreendimento apresenta um maior histórico de ocupação em comparação a outros existentes, o que permite verificar os transtornos já consolidados. A escolha do estudo de caso se alinha às observações feitas por Gil (2002, p. 12) ao indicar que a adoção desse método contribui para permitir um delineamento adequado para a investigação de um determinado fenômeno contemporâneo, independente da análise se dirigir a um único ou a vários casos. O estudo de caso apresentado por essa pesquisa encontra-se em conformidade com os seguintes propósitos, entre outros: “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas” (GIL, 2002, p. 13).

O contorno teórico é estabelecido em função da escolha do critério de definição espacial da pesquisa, que abrange, além da dimensão do Condomínio, o seu entorno imediato. As análises são realizadas somente com moradores do Condomínio. A pesquisa não se refere a avaliação de aspectos físicos das habitações do empreendimento, ou seja, a dimensão da habitação não é tratada, uma vez que a pesquisa abrange os espaços comuns e urbanos do empreendimento.

Na dimensão do Condomínio são tratados os aspectos relativos à forma de utilização e apropriação do espaço, buscando compreender como os moradores vivenciam o local e como eles se relacionam. Verifica-se, na dimensão entorno, a avaliação do acesso a equipamentos e infraestrutura urbanos; bem como a relação com os moradores do bairro.

Entende-se por espaços comuns, os espaços privados de uso coletivo do condomínio e, espaços urbanos, os espaços públicos pertencentes ao bairro, próximos ao seu entorno imediato; ambos utilizados pelos moradores. Em conformidade com o discurso de Baptista e Nascimento (2010, p. 2), essa pesquisa considerou necessário o envolvimento do empreendimento habitacional com seu entorno, uma vez que nesses espaços também são estabelecidas atividades da vida cotidiana e do convívio social, teoricamente, lugares que contribuem para estimular o convívio e o vínculo entre os moradores. Entretanto, segundo exposto por Lay e Reis (2002, p. 11), muitos projetos de habitações de interesse social, na realidade, apresentam sérios problemas em seus espaços comuns, sejam eles de caráter espacial quanto social.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo a seguir apresenta a discussão teórica do problema da pesquisa, na perspectiva de fundamentá-lo nas referências existentes relacionadas à apresentação de algumas categorias espaciais como suporte para a delimitação do objeto de estudo, evidenciando também a necessidade de considerar o conhecimento do território nessa discussão; e a abordagem do conceito de violência considerado pela pesquisa, onde são expostos dados que revelam o crescimento da violência urbana, destacando esse problema nas cidades brasileiras e, de forma especial, em Juiz de Fora. É exposta a existência da violência em habitações de interesse social e suas principais implicações. A complexidade do conceito é apresentada juntamente ao tratamento dado ao mesmo na pesquisa. É realizada ainda a diferenciação entre violência e crime, identificando como ambos são considerados no capítulo de análise da pesquisa.

3.1 AS CATEGORIAS ESPACIAIS COMO SUPORTE À COMPREENSÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Realizou-se uma pesquisa teórica de caráter qualitativo acerca de algumas categorias espaciais, utilizando-se como suporte o espaço, o lugar, a paisagem e o território. Como suporte teórico, recorre-se a um campo disciplinar da Geografia, a fim de enriquecer e ampliar o entendimento sobre esses conceitos; sendo destacados os pertencentes à corrente humanista

da geografia, frutos de processos de renovação da disciplina, ocorridos a partir da década de 70, onde foram desenvolvidos trabalhos complementados por disciplinas, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, entre outros. Nesse campo tem-se como aporte filosófico a fenomenologia que considera, em suas análises, os aspectos do espaço vivenciado, divergindo, conforme Holzer (1997, p. 78) da abordagem dada pela perspectiva científica cartesiana.

Conforme Calisto (2006, p. 20), encontra-se na categoria espaço as características da relação entre o homem e a natureza. Segundo Holzer (2012, p. 292), conforme a ciência fenomenológica, o espaço refere-se às questões da relação entre o homem e o mundo, ou seja, à existência do homem na Terra. Caracterizado como primitivo, o espaço é estabelecido por meio de sua apropriação pelo homem. A geografia humanista introduz estudos relacionados à vivência no espaço, considerando, por exemplo, aspectos referentes à situação do homem no espaço, aprimorando as reflexões sobre o mesmo; bem como considerando a percepção humana como um dos instrumentos de análise das questões espaciais (CALISTO, 2006, p. 39). Esses espaços (vividos) são compreendidos tendo-se em consideração também os aspectos simbólicos, sentimentais e relacionados às experiências dos indivíduos, ou seja, também como espaço relacionado à prática social (HORA NETO e QUEIROZ, 2010, p. 2). Ao tratar das relações entre espaço e lugar, Tuan (2013, p. 14) afirma que o espaço é caracterizado como abstrato, indiferenciado e desprovido de valor.

Quando o vínculo com o espaço é iniciado, o mesmo se transforma em lugar, ou seja, para Tuan (2013, p.14), o lugar é familiar e dotado de valor. O conceito de lugar caracteriza-se como o espaço vivido dotado de significado, indo além da compreensão do espaço produzido, uma vez que considera os sentidos e as ideias dos indivíduos que vivem em determinado espaço (HORA NETO e QUEIROZ, 2010, p.2). Cabral (2007, p. 8) afirma que a constituição do lugar se dá por meio de diversas experiências relativas à existência humana, entre elas: “viver, habitar, utilizar, consumir, trabalhar”. O lugar pode apresentar-se em diferentes escalas, por exemplo: desde, representando uma escala menor, através da constituição da moradia, sendo essa, lugar gerador de significados; bem como pode ser representado pelo bairro, por meio da sociabilidade.

Mello (2012, p. 38) reforça o discurso acima colocado, ao indicar o que para ele é percebido comumente nas comunidades e periferias, por exemplo: a rua como a extensão da casa é uma situação verificada na convivência e nas atividades desenvolvidas nos espaços coletivos de empreendimentos habitacionais, sendo um dos aspectos que contribuem para a apropriação do

espaço, percepção e caracterização do território, interação comunitária e criação de valores identitários e de fortalecimento cultural, levando-se à territorialidade, tudo contribuindo para a formação do lugar. Entretanto, o tempo desempenha um relevante papel para que, efetivamente, o lugar seja constituído. Oliveira (2012, p. 13) e Tuan (2013, p. 227) destacam essa ligação entre o espaço e o tempo, apontando que o significado de determinado lugar cresce ao longo dos anos, à medida que são incorporados sentimentos para com os mesmos, indicando que a experiência, conquistada diariamente, contribui para se sentir num lugar.

Em sua atuação profissional, o arquiteto contribui para a constituição de lugares uma vez que o mesmo busca, por meio de considerações sobre a cultura, hábitos, necessidades, etc., produzir ambientes que respondam ao desejo dos indivíduos, procurando, segundo Tuan (2013, p. 202), “dar-lhes forma simbólica”. Ao descrever alguns aspectos de lugar, Relph (2012, p. 26), destaca a função de arquitetos e planejadores como atores responsáveis pela tentativa de produzir lugares, pois, segundo ele, os lugares são efetivamente constituídos somente a partir da vivência dos indivíduos nos mesmos, visto que são os indivíduos quem estabelecem as atividades e desenvolvem os significados. Os arquitetos e planejadores proporcionam a construção de ambientes e infraestrutura que facilitam a criação desses lugares.

Segundo Holzer (2012, p. 290), o lugar está intimamente ligado ao mundo, formando um “par essencialmente inseparável”, visto que, conforme a fenomenologia, o mundo apresenta-se como parte fundamental do significado de todas as coisas. O mundo vivido é compreendido a partir do corpo humano, cujo papel é fruto de sua transição para o mundo, ou seja, para o lugar escolhido para a sua apropriação. A existência dos indivíduos na Terra e suas relações é tratada pelo chamado espaço geográfico, onde é estabelecido o conceito de geograficidade, conforme destacado a seguir:

“A geograficidade trata do conteúdo existencial do homem com o espaço terrestre e, na medida em que o homem se apropria desse espaço, ele se torna ‘mundo’, a partir da fixação das distâncias e das direções, onde os marcos referenciais são o corpo e a matéria onde ele se apoia, um espaço primitivo que, uma vez apropriado pelo homem, se torna ‘lugar’ (HOLZER, 2012, p. 291)

Os lugares podem ser compreendidos como fatos da geografia que, quando associados, geram paisagem, entendidas como o modo de ver o mundo das pessoas do lugar (SAUER, 1998; apud HOLZER, 2012, p. 293). A paisagem, tal como o espaço e o lugar, também apresenta-se como uma das bases da geografia humanista, ao considerar o envolvimento do homem com o

mundo (CABRAL, 2000, p. 150). Segundo Cabral (2007, p. 150), o conceito de paisagem vincula-se à percepção do espaço, ou seja, está relacionado à forma de visualização e de composição do mundo; cujo processo envolve a organização das informações percebidas e as atribuições de sentido. A paisagem “traduz-se num campo de visibilidade e, ao ser oferecida a nossa percepção e a nossa experiência, converte-se num campo de significação individual e coletiva” (CABRAL, 2007, p. 150), implicando na apresentação de perspectivas diversas (LOPES, 2012, p. 28). Segundo Cabral (2007, p. 153), a paisagem é considerada nas situações em que aspectos visuais, somados à sua dimensão simbólica, adquirem relevância na análise das relações do homem com o espaço. Sendo assim, a paisagem, por um lado, é uma percepção individual e, por outro lado, senso comum da sociedade em relação ao contexto da natureza (dada ou construída) e visão de mundo que o homem tem para refletir, interpretar e representar.

A observação dessas relações (homem/espaço) também contribui para a compreensão do conceito de território uma vez que, segundo Raffestin (1993 apud Lopes, 2012, p. 28), o território é constituído a partir do espaço, onde verifica-se a apropriação desse pelo homem. Segundo Lopes (2012, p. 29), questões relacionadas ao controle e à gestão do espaço estão associadas às relações de poder, as quais são observadas em uma análise territorial, onde é considerada a forma como o homem utiliza o espaço, ou seja, o territorializa. Haesbaert (2001, p. 130) sugere três diferentes sentidos para a definição de território, são eles:

“1) jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado;

2) cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, na qual o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço;

3) econômica: bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2001, p.130).

Em conformidade com o objetivo dessa pesquisa, destaca-se a dimensão cultural, também chamada de simbólica por Haesbaert (2001, p. 130), a qual enfatiza a existência de um controle simbólico sobre o espaço onde vivem os grupos sociais. Esse controle se dá por meio da constituição de uma identidade territorial (HAESBAERT, 2001, p. 140). Souza e Pedon (2007, p. 127) ressaltam também a necessidade do entendimento dessas relações de afetividade e de identidades entre determinado grupo social e seus espaços de vivência.

Podendo apresentar diferentes dimensões (política, cultural, econômica), a territorialidade relaciona-se à forma de apreensão de determinado espaço em utilização pelas pessoas, sendo caracterizada pela organização das pessoas no espaço e pela forma como as pessoas constroem o lugar (HAESBAERT, 2004, p. 3). Para que ela seja melhor compreendida, torna-se fundamental o entendimento das relações sociais e culturais que as pessoas estabelecem com os lugares (BONNEMAISON, 1981; apud HOLZER, 1997, p. 84). Ao utilizar a territorialidade como estratégia para a determinação do controle, o indivíduo (ou grupo) adquire poder sobre determinado espaço, por meio da tentativa de influenciar outros indivíduos (SACK, 1983; apud HOLZER, 1997, p. 82).

Entretanto, o território está submetido à diversos processos, os quais podem ser responsáveis por desfazê-lo, deixando de existir as relações, apropriações e vivências sobre determinado espaço. Essa perda do território é chamada desterritorialidade; e quando há a busca da territorialidade em novos territórios, configura-se a reterritorialidade, onde novas identidades são construídas baseadas em características do antigo território, ou seja, em um novo espaço, a princípio desconhecido, inicia-se a tentativa de estabelecer a construção de um novo território, na maioria das vezes, baseando-se em características de antigos territórios (CORREA, 1996; apud SOUZA E PEDON, 2007, p. 128).

Por fim, há que se salientar que nessa pesquisa não se está considerando os grupamentos humanos que mantêm identidades e até territorialidades sem o suporte físico coeso e contínuo, como também, reconhece que os indivíduos levam consigo valores adquiridos em outros lugares em suas migrações para novas terras, onde se formarão novas concepções e relações. Faz-se necessário, entre os inúmeros desafios da produção de habitações de interesse social no Brasil, a compreensão da dinâmica responsável por considerar seus territórios como espaços de vivência e da experiência dos moradores com o entorno dos empreendimentos (SOUZA e PEDON, 2007, p. 136). Contribuindo para aumentar as chances de acerto nas atividades de planejar e produzir habitações de interesse social, torna-se essencial a consideração dos aspectos relacionados à construção de novas relações e ordenamento das identidades entre os moradores que vieram de variados lugares e culturas.

3.1.1 A relevância da necessidade do conhecimento dos territórios

O Ministério das Cidades (BRASIL, 2011, p. 19) reconhece como fundamental a consideração das características territoriais para a elaboração de projetos habitacionais uma vez que, por meio de suas análises, é possível identificar como se dão as “relações sociais, de

construção da sociabilidade, de convivência e de pertencimento dos indivíduos, famílias e grupos sociais”, bem como os “espaços de disputas, contradições e conflitos”. Compreender essas características, contribui para o entendimento da maneira como a população se relaciona com o espaço. Dessa forma, o planejamento que considera a totalidade dos territórios para a implementação de políticas públicas, contribui para a diminuição da fragmentação do território e para a ampliação de sua cobertura, bem como permite o planejamento da localização dos serviços com base em “territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 59).

Para que as ações realizadas no âmbito habitacional cumpram efetivamente o seu papel, é importante considerar a realidade local, tanto a relacionada à antiga moradia quanto ao local de implantação das novas moradias. As intervenções modificam o meio físico, porém podem não ser suficientes para proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos moradores (MAGALHÃES, 2011, p. 20). As comunidades do PMCMV carecem de fortalecimento, visto que elas se mantêm em situação de vulnerabilidade, embora já estejam residindo em suas casas próprias, teoricamente, sob condições mais adequadas (MAGALHÃES, 2013, p. 21). Nesses contextos, existem algumas recomendações que visam desenvolver um trabalho socioeducativo a fim de empenhar-se em aspectos como “autonomia e recuperação da autoestima da comunidade” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011, p. 21).

A violência e a geração de trabalho e renda são consideradas como os novos desafios a serem incorporados ao trabalho social. Para a Secretária Nacional da Habitação, Inês Magalhães (2013, p.21), o trabalho social obrigatório, desenvolvido nas comunidades beneficiadas pelo PMCMV, já constitui-se uma evolução, uma vez que a liberação de recursos para as obras se dá somente quando o mesmo é incluído (MAGALHÃES, 2013, p. 21). Abaixo segue um depoimento relacionado às considerações acima descritas, enfatizando a necessidade de considerar a questão da violência existente nos territórios:

“A nossa avaliação, agora, é que talvez tenhamos que mudar o olhar, os desafios para entrar hoje numa comunidade exigem um repertório mais sofisticado. É justamente este repertório que nós estamos perseguindo, por isso, estamos desenvolvendo estas atividades de debate e capacitação, para tentar identificar quais são os desafios específicos, além de tentar discutir e incorporar outros temas, por exemplo, o da violência, trabalhado em qualquer comunidade, seja na dimensão da violência doméstica, seja no da violência urbana” (MAGALHÃES, 2013, p. 21).

3.2 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NO ESPAÇO URBANO

A cidade é composta por uma complexa sociedade de pessoas heterogêneas, de diferentes origens, que vivem próximas umas das outras e compartilham um mundo comum. Todavia, essa heterogeneidade que lhe é característica pode ser um estímulo à ocorrência de conflitos. (TUAN, 2005, p. 251). Corroborando essa afirmação, Velho (1996, p. 20) aponta que a ocorrência dos conflitos se dá em função da “noção de outro”, que implica em diferenças, sendo característica e base da vida social. A violência, segundo Zottis et al (2008, p. 37) provoca, diretamente, impactos na promoção do bem social.

Em função da complexidade do termo violência, optou-se realizar alguns esclarecimentos visto que ela apresenta diferentes formas, constituindo-se em um fenômeno complexo. Essa complexidade é verificada em função da dificuldade de alcançar um conceito único que englobe todas as manifestações da violência. Suas discussões tiveram início no século XIX, onde ela passou a ser caracterizada como um fenômeno social, estimulando o interesse de diversas áreas de estudo, como Ciências Sociais, História, Geografia, entre outros. A violência não ocorre em um determinado local especificamente visto que sua ocorrência é percebida tanto em locais mais nobres como nos menos sofisticados, abrangendo diferentes classes sociais. Dentre os vários tipos e formas da violência, pode-se citar as que integram as ações contemporâneas: “roubos, furtos, assassinatos, sequestros, guerras, atentados, terrorismo, violência física, violência sexual, violência psicológica, tortura, violência policial, entre outras” (HAYECK, 2009, p. 5).

Fenômeno recorrente nos dias atuais, a violência apresenta-se como uma barreira para a “economia, o bem-estar social, a saúde e a governabilidade” (ZOTTIS et al, 2008, p. 38). Preferencialmente, busca-se preveni-la, seja por meio de programas e políticas, ou mesmo por intervenções específicas direcionadas a determinado grupo ou comunidade. Diversos fatores contribuem para a ocorrência da violência, como: nível de escolaridade, utilização de drogas, problemas neuropsiquiátricos, entre outros. O fator cultural é considerado fundamental uma vez que, por meio dele, são estabelecidos valores particulares para cada ator e instituição social envolvidos em diferentes contextos (ZOTTIS et al, 2008, p. 38). É exatamente por existir essa diferença de valores, que ocorre a dificuldade no julgamento ou identificação de uma sociedade como cruel ou violenta, visto que a violência é expressa em cada sociedade de maneira diferente, e cada sociedade busca justificá-la conforme sua cultura.

Zaluar (1999, p.8), ao discursar sobre a violência, primeiramente recorre ao dicionário, onde é encontrada a origem da palavra. Proveniente do latim, *violentia*, relaciona-se à força. Ao passar determinado limite, essa força é capaz de se tornar violência, em função de percepções que variam cultural e historicamente, perturbando regras responsáveis por organizar relações. “As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta.” (ZALUAR, 1999, p. 8). Dessa forma, a violência é entendida, seja como uma oposição à ordem a qual ela desequilibra, seja como força brutal que vai de encontro às regras estabelecidas.

Como referência teórica para a realização da análise dessa pesquisa, optou-se por adotar o significado utilizado por Michaud (1989, p. 11), uma vez que o mesmo busca contemplar os estados e atos de violência. O mesmo associa a violência à uma ideia de força, onde determinado ator impõe suas vontades sobre outros, perturbando a ordem. Essa força adquire caráter violento em função de normas, ou seja, podem existir “várias formas de violência quanto forem as espécies de normas” (MICHAUD, 1989, p. 10). Tem-se, dessa forma, a consideração do seguinte ponto de vista: a violência sendo vinculada ao dano a uma ordem normativa.

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (MICHAUD, 1989, p. 11).

Dessa forma, a violência é tratada como um fenômeno decorrente de uma situação de interação, onde os atores podem variar, sendo desde indivíduos até instituições. Ela pode ser produzida diretamente sobre o ator que sofre a ação, ou indiretamente sobre o mesmo. A violência pode ser realizada de uma só vez ou de forma gradual; e pode provocar diversos tipos de danos “físicos mais ou menos graves, danos psíquicos e morais, danos aos bens, danos aos próximos ou aos laços culturais” (MICHAUD, 1989, p. 11).

Dentre uma série de classificações destinadas à violência, destaca-se uma, que relaciona-se aos problemas apontados na presente pesquisa, chamada violência estrutural. Relacionada aos sistemas econômicos, culturais e políticos; onde a violência apresenta-se por meio da negação ou dificuldade de conquistas de direitos por determinada parcela da sociedade (BONAVIDES,

2015, p. 1). Entende-se, dessa forma, que a violência estrutural é representada pelo poder público que compromete o acesso da população à um direito social básico, que contribui para a obtenção de uma vida digna, como exemplo: o acesso à moradia adequada, incluindo toda a infraestrutura urbana básica ao seu atendimento. Todavia, para Zaluar (1999, p. 11), essa classificação é considerada um “sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou a discriminações de cor e de gênero”.

Atualmente, verifica-se a utilização de ocorrências criminais para medir a violência no Brasil. Contudo, faz-se necessário indicar a diferença entre a violência e o crime. Embora ambos sejam fenômenos sociais e estejam relacionados ao comportamento de um indivíduo, ou instituição, que pode não ser aceitável por determinada sociedade, o crime é decorrente de uma ação punitiva estabelecida conforme Leis vigentes. Sendo assim, o crime também pode variar em função da sociedade, bem como pode variar no decorrer do tempo, uma vez que seu estabelecimento está relacionado à possíveis alterações nas normas (VIEIRA, 2002, p. 21). Para Beato (2012, p. 31), crimes são acontecimentos que ofendem sentimentos coletivos, decorrentes de uma resposta a determinadas situações sociais, onde há um afastamento das “metas estabelecidas e os meios legítimos de atingi-las”.

Conforme o código penal brasileiro, Decreto-lei n.2848/40 e Lei das Contravenções Penais n.3688/41, entende-se crime por:

“(...) infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente” (Decreto-lei n.2848/40 e Lei das Contravenções Penais n.3688/41).

Dessa forma, entende-se crime como sendo o ato que viola códigos sociais e morais e que está sujeito à punição da Lei, não devendo o mesmo ser confundido com a violência visto que aquele pode ser cometido sem que haja violência e um determinado ato violento pode não ser considerado um crime.

No campo da sociologia, existem duas teorias que se divergem relacionadas às causas da criminalidade. Uma estabelece que, tanto a criminalidade, quanto a violência, ocorrem devido essencialmente à fatores econômicos, em função, por exemplo, da falta de oportunidades, desigualdade social e marginalização. A outra teoria considera determinante o baixo nível de integração moral para a ocorrência de crimes e violência, ou seja, os mesmos são decorrentes

de ações que vão de encontro ao consenso moral de uma determinada sociedade. Usualmente, são pesquisas quantitativas que buscam apontar as taxas de crimes violentos por meio da associação a fatores diversos, como, por exemplo: índice de desigualdade econômica, índice de estrutura populacional, índice de desemprego, entre outros (BEATO, 2012, p.144). Além da utilização de variáveis socioeconômicas, a investigação de fatores relacionados à dinâmica social dos espaços urbanos também tem sido considerada para a averiguação de crimes. A quantidade e a presença constante de indivíduos, sejam residentes ou estranhos nos espaços urbanos comuns, contribui para regular a ordem nesses lugares. São fatores que influenciam na utilização desses espaços: número de cruzamentos, número de passagens, a natureza das edificações, entre outros (JACOBS, 2011, p. 37).

Segundo Waiselfish (2012, p. 11), verifica-se, no Brasil, que a ocorrência da violência cotidiana é crescente no decorrer dos últimos anos, tornando-se uma problemática, principalmente, para os centros urbanos. Como indicador geral de violência na sociedade brasileira tem-se as mortes por violência. Adota-se tal indicador, pois a morte é considerada o grau extremo da mesma (WAISELFISZ, 2012, p. 12). Segundo a Organização Mundial de Saúde (MONTEIRO, 2014, p. 1), o Brasil possui a décima primeira maior taxa de homicídios do mundo, apresentando 32,4 homicídios por cem mil habitantes em 2012. Todavia, destacam-se algumas situações relacionadas à alteração da incidência da violência, onde são observados processos de interiorização e de disseminação. Verifica-se que, a partir do final da década de 90 “as grandes metrópoles do país deixaram de ser os motores impulsores da violência. Esse dinamismo trasladou-se para cidades do interior, capitais fora do eixo grandes metrópoles, cidades de porte médio onde a violência achou seu caldo de cultura favorável” (WAISELFISZ, 2012, p. 13). Juiz de Fora constitui um exemplo desse novo cenário da violência. Abaixo encontram-se dados referentes aos crimes violentos ocorridos na cidade e no bairro São Geraldo nos últimos cinco anos, permitindo verificar o aumento de alguns crimes, corroborando a afirmação anterior.

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Soma
2010	120	83	75	76	112	107	91	131	124	88	111	84	1202
2011	106	85	105	93	75	87	67	67	86	98	115	101	1085
2012	74	87	66	95	87	71	69	83	95	106	136	153	1122
2013	160	149	158	119	126	120	123	138	109	116	134	143	1595
2014	155	188	143	162	152	121	146	243	157	135	151	116	1769
2015	138	3											141

Tabela 1: Ocorrência de crimes violentos em Juiz de Fora. Fonte: PMMG, março de 2015.

Crimes/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estupro consumado	88	29	48	41	36	5
Estupro tentado	31	7	8	11	15	
Extorsão consumada	1	0	2	1	3	
Homicídio consumado	45	46	65	103	117	14
Homicídio tentado	112	140	152	227	230	19
Roubo consumado	915	853	835	1204	1353	103
Sequestro consumado	10	10	12	8	15	
Soma	1202	1085	1122	1595	1769	141

Tabela 2: Identificação dos crimes violentos ocorridos em Juiz de Fora. Fonte: PMMG, março 2015.

A tabela 1 apresenta as ocorrências de crimes violentos de 2010 a fevereiro de 2015, sendo os mesmos discriminados por mês. Segundo a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), os crimes violentos são caracterizados pelo seu elevado poder ofensivo, provocando perturbações em ambientes de tranquilidade. Por isso, é necessário a realização de um acompanhamento diferenciado das demais modalidades delituosas. Em Juiz de Fora, verifica-se uma ligeira queda nas ocorrências em 2011 e um crescimento a partir de 2012. A tabela 02 identifica os crimes ocorridos no mesmo período, cuja principal incidência é o roubo consumado em todos os anos, seguido do homicídio tentado e homicídio consumado.

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Soma
2010	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	3
2011	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	2	0	0	0	1	1	0	0	4
2014	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	4
2015	4												4

Tabela 3: Ocorrência de crimes violentos no bairro São Geraldo. Fonte: PMMG, março de 2015.

Crimes/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Homicídio consumado	0	0	0	1	0	0
Homicídio tentado	0	0	0	0	1	1
Roubo consumado	3	1	0	3	3	3
Sequestro consumado	0	1	0	0	0	0
Soma	3	2	0	4	4	4

Tabela 4: Identificação dos crimes violentos ocorridos no bairro São Geraldo. Fonte: PMMG, março 2015.

A tabela 3 revela que a ocorrência dos crimes no bairro São Geraldo seguiu de forma aproximada a mesma evolução dos dados para cidade, onde é verificado uma diminuição em

2011 e 2012; e um aumento nos anos posteriores em comparação a 2010. Observa-se também que, nos últimos três anos, a diversidade de crimes no bairro aumentou, visto que, em 2010, houve registro apenas de roubo consumado e 2011 de sequestro consumado e nos anos seguintes verificou-se também a ocorrência de homicídios, tanto consumado quanto tentado.

3.2.1 O problema da violência nas habitações de interesse social do PMCMV

Pertencente à diversidade dos problemas relacionados às habitações de interesse social, encontra-se a violência, cuja questão é apontada na literatura, sendo verificados exemplos que demonstram as necessidades de enfrentamento dos moradores à criminalidade e à violência dos conjuntos habitacionais, conforme apontado por Sanches et al (2013, p. 2); Vieira (2002, p.6); e Martins (2003, p. 7). Segundo Martins (2003, p. 18), a ausência do Estado, nas regiões onde as habitações se localizam, contribui para a ocorrência de violência e implica no crescimento constante da disparidade entre os locais periféricos e os de padrões altos da cidade. Essa diferença é dada por duas dimensões: (1) da territorialização e fortalecimento do crime organizado; (2) e da falta de condições urbanas que privam os moradores de direitos básicos, como: habitação, transporte, educação, emprego, etc. Corroborando a afirmação anterior, a seguir encontra-se uma consideração realizada por uma pesquisa do IPEA (2006, p.1):

“A ausência de serviços públicos básicos, como educação, segurança, saneamento e saúde, estimulam a violência na periferia das metrópoles brasileiras (...). Mobilizações populares provam que melhorando a qualidade de vida dos moradores é possível reduzir a criminalidade, ainda que os níveis de renda permaneçam os mesmos” (IPEA, 2006, p. 1).

Em seu estudo de caso, Martins (2003, p. 118) identifica, como resultado de pesquisa, outras questões que influenciam a ocorrência de violência e criminalidade em uma determinada habitação de interesse social, entre elas, destacam-se: a fragmentação das relações familiares e sociais, cuja predominância pode ser observada em situações de exclusão e precariedade de moradias; e também as disputas por delimitação do território realizadas por traficantes de drogas.

No Brasil, o tráfico e as gangues dominam certas comunidades urbanas, dentre elas, ocorrendo de forma recorrente, se enquadram as comunidades residentes em conjuntos habitacionais de interesse social; constituindo-se em problemas de lei e ordem uma vez que estabelecem atividades criminosas estruturadas (BEATO, 2012, p. 179). Esse fato é abordado

de maneira ampla por canais de comunicação nacional, onde verifica-se que sua ocorrência é frequente e se estende pelo território brasileiro. Segundo o Sindicato das Indústrias da Construção Civil (SINDUSCON/RJ, 2015, p. 1), desde abril de 2014, estão sendo registradas denúncias relacionadas às situações conflituosas dos empreendimentos habitacionais do PMCMV, por meio de iniciativa dos Ministérios da Justiça e das Cidades, onde uma comissão foi criada com o intuito de "desenvolver ações integradas com órgãos de segurança sobre condutas ilícitas no âmbito de programas habitacionais instituídos pela União". Até janeiro de 2015 foram registradas 108 denúncias pertencentes a 16 diferentes estados do país. Os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo são os que mais apresentam denúncias. Dentre as condutas ilícitas mais recorrentes estão: a comercialização de drogas, a invasão de moradias; as agressões e os assassinatos de moradores.

Em Juiz de Fora, a situação é semelhante à descrita anteriormente. Moradores dos empreendimentos habitacionais do PMCMV tem sofrido ameaças de traficantes e, muitos deles, abandonado seus imóveis, os quais tornam-se pontos de comercialização de drogas ou bares. Embora tenha havido um número significativo de denúncias, ainda persiste o receio de represálias, dificultando a obtenção de informações pela PMMG (MEIRELES, 2014, p. 1).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A fim de possibilitar a verificação da hipótese do presente trabalho, essa pesquisa recorre ao estudo de caso por meio de método exploratório qualitativo descritivo. Nessa seção é apresentada a estrutura metodológica da dissertação, descrevendo as atividades realizadas no trabalho de gabinete e no trabalho de campo.

Participaram dessa pesquisa moradores do Condomínio Vivendas Belo Vale. A definição da amostra foi decidida por conveniência, ou seja, acidental, não possuindo caráter probabilístico em decorrência de duas limitações principais: falta de interesse e compromisso por parte de muitos moradores (aspecto explicado na Seção 5 dessa pesquisa); e tempo para a aplicação do método. Para o encerramento da coleta, foi adotado o critério de repetição, apontando o momento de saturação das respostas.

Dada as limitações acima indicadas, os participantes constituíram-se em dez moradores do Condomínio, sendo três da primeira rua, três da segunda rua e quatro da terceira rua. Os instrumentos foram aplicados nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2014, aos finais de semana, na parte da tarde, visto que esses são os dias e horários de folga da maioria dos entrevistados, grande parte trabalhadores.

4.1 MÉTODOS ADOTADOS PARA A COLETA DE DADOS TEÓRICOS

A coleta de dados teóricos desenvolveu-se durante o trabalho de gabinete, onde as atividades foram produzidas da seguinte maneira: inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica, onde as principais referências encontram-se citadas na terceira seção desse trabalho. Nessa etapa, as citações realizadas dão o suporte teórico, fundamentando a investigação, bem como auxiliando na posterior análise dos resultados obtidos com a pesquisa de campo. Os principais elementos da pesquisa foram tratados por meio do desenvolvimento de seus conceitos e contextualizações.

Foi realizado um panorama geral do PMCMV, contribuindo para a compreensão do cenário ao qual pertence o empreendimento em estudo. Em seguida, discorreu-se sobre quatro conceitos (espaço, lugar, paisagem e território), com enfoque ao conceito de lugar; escolhidos pelo seus destaques e recorrência com que os mesmos aparecem na revisão de literatura. Esses conceitos evidenciados permitem compreender o foco dado a análise da pesquisa. Na sequência da seção, foi imperioso tratar sobre o conceito da violência, expondo essa problemática atual, seguido de um recorte do tema voltado para as habitações de interesse social.

Finalizado o aporte teórico, os materiais utilizados para o trabalho de campo foram preparados. Dentre eles: a ficha para a realização do Percurso Comentado (método adotado pela pesquisa e descrito no próximo item), incluindo o modelo de questionário aos moradores do condomínio.

4.2 MÉTODOS ADOTADOS PARA A COLETA DE DADOS EM CAMPO

O trabalho de campo foi desenvolvido conforme as etapas indicadas a seguir.

4.2.1 Observações *in loco*

Paralelamente à realização dessa pesquisa bibliográfica, foram feitas visitas exploratórias, procurando-se a apreensão de impressões do lugar e a obtenção e/ou constatação de dados técnicos *in loco* do ambiente construído em estudo, incluindo seu contexto social. Conforme Lay e Reis (1995), observar as pessoas utilizando determinado ambiente construído contribui para coletar informações sobre suas atividades, regularidades de comportamento, bem como a forma de utilização dos lugares. Como instrumento utilizado, foram realizados registros fotográficos e tomadas de notas.

As idas ao Condomínio para a realização dessas observações foram estabelecidas em dias de realização de oficinas, ações que visavam aproximação dos pesquisadores junto aos moradores, organizadas inicialmente pelo EMAU RUA (Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF), também envolvido com a rede de pesquisas citadas na Seção 4.3 da pesquisa; e posteriormente organizadas pelo grupo de trabalho oficinas.

4.2.2 Percurso comentado

O método “Percurso Comentado” segue os moldes de uma pesquisa qualitativa, onde é procurado uma compreensão dos significados e características situacionais expostos pelos participantes. Thibaud é um dos sociólogos do urbano que adotou como instrumento de pesquisa a caminhada, por meio do relato sobre o lugar percorrido e estudado. Segundo Jolé (2005, p. 426), os teóricos dessa técnica de entrevista se interessam pelo espaço em sua forma física, sensível e imaginária. A maior parte deles se preocupa com as formas de organização do espaço, sobre “como fazer e gerir os lugares e as suas práticas” (JOLÉ, 2005, p. 426).

Dentre um conjunto de questões trabalhadas por Thibaud (2001, p. 90), são destacados todos os sentidos e sensações que são demandados no ato de caminhar por determinado local. Segundo ele, por meio dessas sensações as pessoas respondem tanto ao mundo percebido quanto ao mundo vivido. Suas percepções recebem influências de experiências prévias. Com base nessas considerações, Thibaud (2001, p. 90) desenvolve um referencial teórico que considera/valoriza a ação do sujeito, suas percepções e as qualidades sensíveis de uma ambiência. A identificação e seleção de determinados aspectos é integrante da experiência urbana do homem, resultado da percepção ambiental situada em um determinado contexto (THIBAUD, 2001, p. 90).

Para uma investigação dos ambientes, conforme esse método, a questão central da relação entre homem e ambiente se destaca. Acredita-se que a realidade pode ser compreendida por meio de uma percepção em movimento, onde são considerados: contextos, situações, perspectivas, culturas, estratégias; permitindo investigar como as pessoas se deslocam; o que é percebido por elas ao se deslocarem; o que o lugar evoca para essas pessoas; o que o lugar mobiliza em termos de sensações, comportamentos, encontros, sentimentos, etc. Como proposta de trabalho, julga-se a necessidade de compreensão das características de um determinado lugar, resultado das percepções em percurso, ou seja, em movimento, sendo identificados sentimentos das pessoas para com o lugar. A análise é centrada no contexto e nas situações nas quais as pessoas agem e se locomovem, bem como na verificação da forma

como sentem e vivenciam os ambientes (COHEN, 2006, p. 17). Corroborando a discussão desse método, Jolé (2005, p. 426), indica que o “Percurso Comentado” possui o propósito de qualificar os ambientes de um lugar utilizando as percepções dos usuários e suas práticas, buscando coletar informações sobre a organização material, os fenômenos percebidos e as maneiras de agir e de interagir.

A aplicação desse método para essa dissertação encontra-se circunscrita no território intermediário, entre o lugar da unidade arquitetônica e o bairro, abrangendo os principais percursos utilizados pelos moradores do Condomínio Vivendas Belo Vale I. O método consiste em acompanhar as pessoas participantes, pré-definidas, em sua caminhada por determinados ambientes, buscando compreender essa trajetória por meio da obtenção dos resultados da percepção em movimento e da avaliação dos locais onde se situam. O método do “Percurso Comentado” envolve, simultaneamente, três atividades: caminhar, perceber e descrever; consistindo-se na definição de percursos urbanos e na análise do movimento como condição fundamental para a percepção. A seguir são indicadas as estratégias de ação / atividades realizadas na presente pesquisa:

- Identificação dos participantes: pesquisados (definição dos moradores com base em idade e gênero) e pesquisadores (um para registros de notas e outro para registro de imagens); e agendamento (definição e marcação dos dias para a realização do trabalho de campo);
- Definição dos caminhos a serem percorridos. Iniciados a partir da casa do morador até o destino escolhido por ele. Por exigência do método, o percurso escolhido faz parte do deslocamento rotineiro do entrevistado;
- Realização do pré-teste (para validação da pesquisa);
- Início da aplicação propriamente dita do método.

Anteriormente à realização do método, cada participante recebeu orientações relacionadas à dinâmica do estudo. Foi solicitado, para cada participante, a descrição mais precisa possível do local a ser percorrido, suas percepções, situações encontradas e sensações vividas; descrevendo o que via, sentia, ouvia, indicando pontos marcantes dos percursos. As características físicas deveriam ser indicadas e também as relacionadas aos sentimentos. O entrevistado portou-se de um gravador durante a realização de toda a atividade. É interessante destacar a importância do registro fotográfico durante a realização do método, uma vez que as imagens são elementos de apoio, tornando-se ilustrações dos aspectos evidenciados pelos

entrevistados (JOLÉ, 2005, p. 427). Cada percurso contou com a participação de três pessoas: um entrevistado e dois entrevistadores. O pesquisado seguia ao lado do pesquisador e tinha a liberdade para realizar suas próprias intervenções / paradas. O pesquisador procurou interferir o mínimo possível. Ao final do percurso, pesquisadores e pesquisado se reuniam para entrevista mais detalhada acerca da percepção daquele caminho e da situação encontrada, a fim de obter esclarecimentos de detalhes do percurso e dos sentimentos despertados.

O procedimento escolhido para o tratamento da questão da violência é a adoção de uma abordagem utilizada pela urbanista francesa, doutora em Sociologia e pesquisadora em Antropologia Urbana, Catherine Reginense, decorrente de sua experiência em estudos relacionados à antropologia urbana, onde a mesma defende que a questão da violência deve ser abordada de forma cuidadosa, de modo a não afastar os moradores do interesse em opinar abertamente sobre os fatos, uma vez que ao citar especificamente a palavra violência, seria natural uma retração em tratar os fatos de forma natural e verdadeira. Dessa forma, optou-se pela escolha de perguntas que colocassem sim o problema, porém, sem citar diretamente a palavra violência pela conotação que ela possui no imaginário dos usuários.

4.2.3 Questionário aplicado aos moradores condomínio

O questionário foi aplicado logo após a realização do “Percurso Comentado”, por meio de questões simples, com linguagem precisa e neutra; a fim de facilitar a compreensão das perguntas pelos entrevistados e não influenciar suas respostas. Formado por questões abertas, o mesmo foi dividido em quatro partes, sendo elas: (1) identificação do perfil do entrevistado; (2) questionamentos sobre as características do percurso realizado; (3) sobre o condomínio; (4) e sobre o bairro. O modelo do questionário aplicado encontra-se no Apêndice B.

Buscou-se, por meio da aplicação do questionário direcionado aos moradores do Condomínio, extrair informações focadas nas relações internas e externas ao Condomínio, com o intuito de tornar possível a verificação da adequabilidade do mesmo relativa ao atendimentos das questões referentes: às relações entre as pessoas, comportamentos, interação com o ambiente, proximidade aos serviços urbanos, prováveis conflitos de naturezas diversas; desempenhando a função de complemento às informações coletadas no Percurso Comentado.

4.3 INTEGRAÇÃO AO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FAU/UFJF

Durante o desenvolvimento dessa dissertação, foi realizado um intercâmbio de informações com outras pesquisas, que igualmente se encontravam em desenvolvimento, pertencentes à

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU/UFJF). Essa troca se deu ao longo de todo o ano de 2014, onde essa dissertação se integrou à uma rede de pesquisas em habitação que possuía o mesmo objeto de estudo: o Condomínio Vivendas Belo Vale, localizado em Juiz de Fora / MG. Os trabalhos participantes, atualmente já encerrados, eram: (1) pesquisa de Iniciação Científica (“Avaliação Socioambiental de Edificações do PMCMV em Juiz de Fora: pesquisa de campo no Condomínio Vivendas Belo Vale”), cujo objetivo era “dar suporte à estruturação de uma metodologia de avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social segundo critérios e padrões de sustentabilidade”; (2) Projeto de Extensão Universitária (“Escritório-escola Itinerante: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do PMCMV em Juiz de Fora”), tendo como objetivos “formulação de metodologia, de instrumentos de análise e de estratégias de ação, bem como de recomendações que permitam a melhoria das condições de planejamento e implantação de HIS em sua íntima relação com o tecido da cidade, tendo como base, um projeto de extensão em um empreendimento realizado pelo PMCMV em Juiz de Fora”; da qual também participei; (3) pós-doutorado realizado pela professora Dra. Letícia Maria de Araújo Zambrano (“Análise Multicritério Qualitativa e Quantitativa da Sustentabilidade da Habitação Social: estudo metodológico com vistas à aplicação em casos brasileiros”), cujo um dos objetivos é “desenvolver uma análise crítica do caso brasileiro, baseado em referenciais universais sobre a noção de habitar e de referenciais contemporâneos sobre a abordagem da habitação social” (ZAMBRANO, 2014); (4) trabalho final de graduação da arquiteta Nádia de Oliveira Camacho, sobre requalificação do Condomínio Vivendas Belo Vale I com base em princípios de sustentabilidade.

Visando corroborar a discussão da questão da produção habitacional de interesse social, o Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF) conta com mais duas pesquisas, em andamento, cujos títulos provisórios são: “Estudo de viabilidade de uso da lei de assistência técnica no Programa Minha Casa, Minha Vida” (CAMACHO, 2015) e “Percepção da Qualidade e Práticas Sociais em HIS – Estudo de Caso no Condomínio Vivendas Belo Vale, Juiz de Fora - MG”, (LOPES, 2015), tendo como objetivos, respectivamente, “investigar a possibilidade do uso da Lei 11.888/08 no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida”; e “aproximar as análises do perfil do usuário, seus hábitos, como os costumes e as práticas sociais acontecem em cada ambiente da casa e quais são as necessidades referentes ao espaço, ao *layout* e ao mobiliário.”

Embora possuam objetivos diferentes, as pesquisas anteriormente citadas se complementam, uma vez que abordam o mesmo objeto de estudo, possibilitando a troca de informações entre os envolvidos. Esse suporte mútuo entre as pesquisas é intensificado pela participação de todos os pesquisadores, inclusive os pertencentes ao PROAC/UFJF, no desenvolvimento do Projeto de Extensão, coordenado pelos professores Dra. Letícia Maria de Araújo Zambrano, Dr. José Gustavo Francis Abdalla e Me. Janaína Sara Lawall. A aplicação do método Percurso Comentado é um dos exemplos desse suporte, visto que os resultados encontrados em sua realização contribuíram para o Projeto de Extensão e para a presente pesquisa, além de, para a realização do mesmo, serem colocados à disposição dois bolsistas pertencentes ao Projeto de Extensão acima mencionado. Reuniões gerais semanais foram realizadas para o acompanhamento do Projeto de Extensão, promovendo a participação de todos os envolvidos, bem como fortalecendo o vínculo entre as pesquisas.

4.4 PROCESSO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFJF

Por envolver seres humanos em sua investigação, essa pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFJF. Em outubro de 2014, o CEP divulgou o parecer de aprovação da pesquisa, conforme consta no apêndice D. A fim de atender à exigência do CEP, antes da realização dos “Percurso Comentados”, os participantes foram informados sobre os objetivos e contextualização da pesquisa, bem como sobre a necessidade de suas assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide apêndice E), caso concordassem em participar.

Seguindo as orientações do CEP, foram expostos aos moradores os riscos e os benefícios das atividades. Embora considerado maior que o mínimo, o risco procurou ser minimizado por meio de algumas ações preventivas, indicadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tais como: (1) com o objetivo de contribuir para a preservação da identidade dos participantes, a abordagem aos moradores foi feita por meio de indicações da EMCASA; (2) a abordagem realizada para a identificação do pesquisador e apresentação da pesquisa, bem como para a realização da entrevista se deu, sempre que possível, no interior da sua moradia, proporcionando menor tempo de exposição. Como benefícios, foi passado aos moradores que a pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de ações que minimizem a situação de conflito social existente, minimizando o problema da violência no Condomínio, bem como evitar a ocorrência dessa situação em futuros empreendimentos.

5. ANÁLISE DA PESQUISA

5.1 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A seguir são indicados os procedimentos adotados que possibilitaram sistematizar os dados, indicando a maneira como os mesmos foram tratados. Tal organização gerou resultados, também apontados nessa seção. Cabe ressaltar que essa sistematização não é coincidente com a realizada pelo Projeto de Extensão Universitária, apontado na Seção 4.3 da presente pesquisa, dados os objetivos e a lógica de observação diferentes, embora o método adotado tenha sido o mesmo. Abaixo encontram-se, primeiramente, as informações relacionadas aos três diferentes momentos da sistematização.

Inicialmente, cada percurso realizado foi identificado por meio do preenchimento de uma ficha (vide apêndice A), dividida em seis partes. Na primeira concentram-se informações gerais, como a identificação do percurso, data de realização, indicação do trajeto e do tempo gasto. Também foi coletado o perfil do participante por meio de seu nome, idade, sexo, escolaridade, profissão e endereço. Em seguida, o percurso realizado apresenta-se indicado em uma imagem aérea. A transcrição do percurso, em sua totalidade, é exposta na sequência do documento seguido do questionário. Após, são inseridas as imagens registradas, precedidas da indicação da localização de cada registro tomando como base a imagem aérea citada anteriormente.

Diante das informações organizadas em fichas, foram destacados, nos discursos e nos questionários de cada participante, os fatos que se apresentam em conformidade ao que a literatura trata como violência, sendo considerado, principalmente, o conceito definido por Michaud (1989), tratado na Seção 3 dessa pesquisa, por ser o que possibilita obter uma definição que atende aspectos gerais relacionados tanto aos estados como aos atos de violência. Dessa forma, foram produzidos quadros para cada percurso, conforme apêndice B, organizados da maneira indicada a seguir.

O primeiro quadro elaborado é constituído por duas colunas: a primeira indica o fato observado e a segunda aponta a situação de interação, onde são indicadas as características relacionadas ao fato. Essa última subdivide-se em colunas de descrição do fato, especificando: (1) os atores envolvidos, os que praticam e os que sofrem a ação; (2) a dimensão a que o fato pertence, seja na escala do condomínio ou do bairro; (3) a modalidade, podendo apresentar-se de maneira direta ou indireta, conforme os instrumentos em causa, ou seja, em função de como a violência é gerada, diretamente sobre o ator que sofre a ação ou indiretamente; (4) o

tipo de dano, podendo ser físico, psíquico, moral, aos bens, aos próximos ou aos laços culturais; (5) a natureza da violência, dividida em autodirigida (comportamento suicida ou auto abuso), pessoal (família/parceiro ou comunidade) ou coletiva (social, política ou econômica); (6) a Lei infringida; (7) e observações, realizadas quando necessário, de detalhes relacionados a cada fato. Dessa forma, tem-se discriminados os fatos, indicados pelos moradores participantes, que consistem, em si, em fenômenos, cujos objetos que os compõem são também especificados.

Para a compilação dos dados, foi produzido um segundo quadro, conforme indicado no apêndice C. Sua elaboração se deu por meio da observação dos fatos comuns ocorridos em diferentes percursos e agrupados em categorias e subcategorias, contribuindo para a realização da análise dos mesmos. As categorias são divididas de acordo com a dimensão a qual o fato pertence: bairro ou condomínio, que caracterizam o limite territorial onde esses fatos se dão, ou seja, o território intermediário. As demais informações constantes na tabela são: a organização dos fatos, a identificação dos percursos e as suas respectivas frequências.

A seguir encontram-se informações relacionadas aos resultados obtidos por meio da sistematização dos dados. Durante a observação dos discursos dos participantes, os fatos selecionados foram agrupados em duas categorias e sete subcategorias. A categoria bairro possui três subcategorias: (1) infraestrutura urbana, indicando os problemas estruturais do bairro, cujos fatos observados pertencentes a ela são: sujeira no bairro (lixo espalhado); ausência de calçada; precariedade das calçadas; alagamento em parte do bairro; falta de capina realizada pela Prefeitura (calçadas); falta de capina realizada nos lotes (terrenos particulares); vias sem sinalização adequada; não cumprimento do horário do ônibus pelos motoristas; insuficiência na quantidade de ônibus (transporte público); ausência de equipamentos urbanos; ausência de iluminação pública em trecho da rua do condomínio; ausência de nome para rua do condomínio; (2) comportamento social, onde são indicados fatos relacionados à postura dos moradores e seus relacionamentos: brigas frequentes de jovens na porta da escola; e (3) abastecimento e serviços no bairro, onde são consideradas as deficiências no atendimento ao comércio e serviços: carência de comércio; carência de serviços.

Para a categoria condomínio, foram verificadas as seguintes subcategorias, seguidas de seus respectivos fatos: (1) crimes, onde são apontados fatos que não respeitam determinadas Leis e que são entendidos como senso comum: depredação de algumas áreas; utilização e comercialização de drogas no condomínio; invasão de moradias; tiroteio dentro do

condomínio (na última rua); assalto, ameaça (porteiro); estupro (infantil); (2) infraestrutura, indicando problemas estruturais do condomínio: sujeira no condomínio; calçamento precário (blocos de concreto); entupimento do esgoto no condomínio; problema relacionado ao fornecimento de água; (3) projeto, apontando os fatos decorrentes da execução de um projeto não adequado: programa de necessidades arquitetônicas insuficientes para as demandas apontadas (execução de moradias que não atendem as reais necessidades dos moradores); instalações hidráulicas e elétricas da residência com problemas de patologia de construção e de projeto de engenharia; (4) comportamento social, onde são indicados fatos relacionados à postura dos moradores e seus relacionamentos: falta de respeito/educação dos moradores; brigas entre moradores do condomínio; falta de organização interna dos moradores do condomínio; moradores desorganizam o lixo armazenado no local a ele destinado; circulação de carros, motocicletas e bicicletas em alta velocidade.

5.2 ANÁLISE E RESULTADOS

Foram observados um total de trinta e três fatos apontados pelos dez moradores participantes. Conforme apresentado na Seção anterior, os mesmos foram tratados por meio do agrupamento em duas categorias e sete subcategorias, as quais, em sua maioria numérica, encontram-se relacionadas às reivindicações de questões básicas que contribuem para a obtenção de uma melhor qualidade de vida para os moradores.

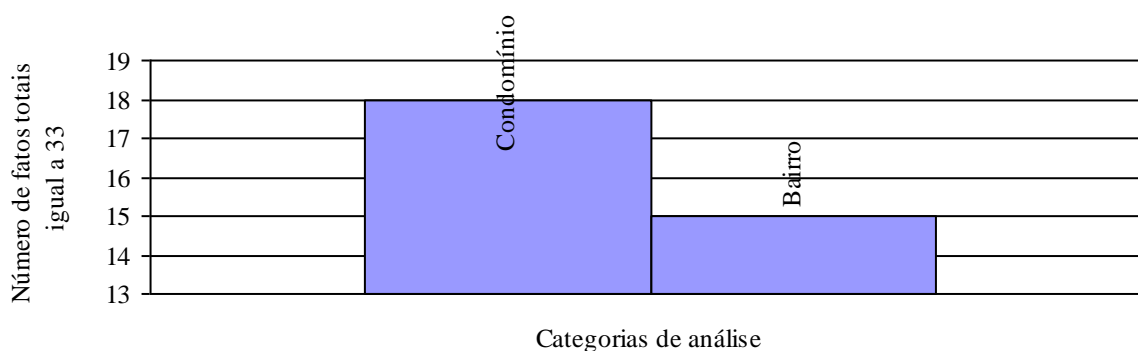


Gráfico 2: Quantidade de fatos correspondentes a cada categoria de análise.

Pertencem à categoria condomínio, dezoito fatos, representando aproximadamente cinquenta e cinco por cento do total, o que indica haver uma preocupação maior com as questões relacionadas especificamente ao condomínio. Nota-se que os moradores, embora tenham tido a oportunidade de falar também do bairro ao realizarem os percursos, acabam destacando os

fatos relacionados mais ao condomínio do que ao bairro. Comparando o número de indicações de cada categoria, nota-se a existência de um equilíbrio na frequência relacionado às subcategorias e aos seus respectivos fatos; uma vez que observa-se a indicação de quinze fatos relacionados ao bairro e dezoito referentes ao condomínio, ambos apresentados, respectivamente, em três e quatro categorias. Dessa forma, o equilíbrio entre a frequência de fatos relacionados indica que há uma violência no território intermediário advinda das duas direções: do bairro e do condomínio.

Inicialmente, as subcategorias pertencentes à categoria condomínio são analisadas, conforme indicado nos gráficos a seguir.

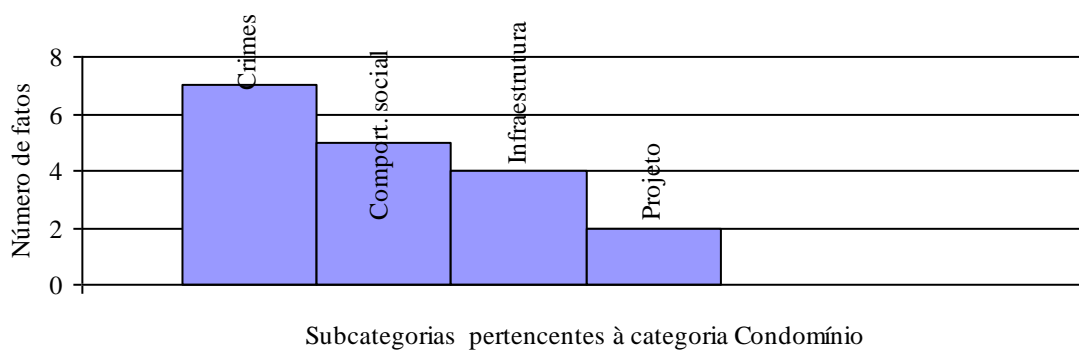


Gráfico 3: Subcategorias pertencentes à categoria Condomínio e o número de fatos correspondentes.

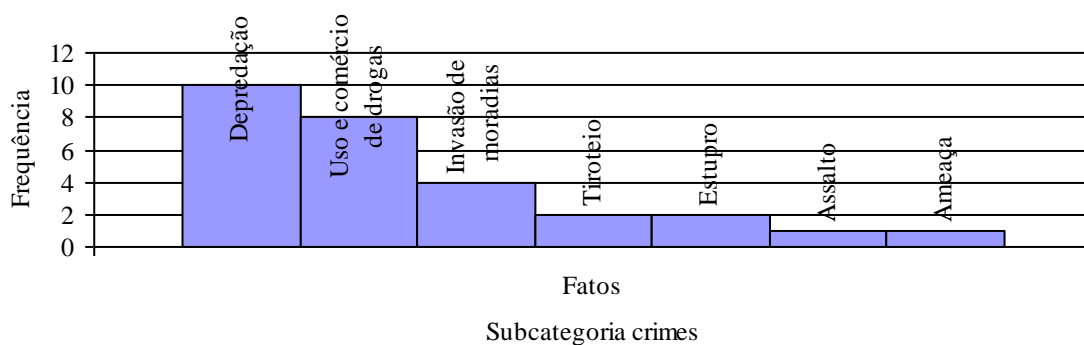


Gráfico 4: Fatos pertencentes à subcategoria Crimes e suas respectivas frequências.

Verifica-se para a categoria condomínio, em função da frequência das indicações, que os fatos pertencentes à subcategoria crimes são os mais recorrentes. A depredação foi citada por todos os moradores participantes, sendo indicados diversos tipos, como: depredação da área de lazer e de unidade habitacional, por meio de incêndio; pichação; apedrejamento; destruição de

paredes; roubo de peças sanitárias, instalações hidráulicas e elétricas. Oito participantes apontaram como problema a utilização e comercialização de drogas no condomínio. Quatro indicaram a invasão de moradias. Foram relatados tiroteio e caso de estupro por dois entrevistados. Assalto e ameaça também foram indicados, tendo uma ocorrência em ambos os fatos.

Com relação aos atores envolvidos pertencentes a subcategoria crimes, foi relatado que a maioria dos que praticam e sofrem ações, são moradores do condomínio. A maioria dos participantes apontam a depredação como um fato causado por moradores do condomínio, sendo que muitos vinculam a esse fato a ação de moradores irregulares e jovens sem ocupação. Todos os participantes que citaram utilização e comercialização de drogas apontaram que os moradores que praticam e sofrem a ação são moradores do condomínio e do bairro. Já a invasão de moradias envolve moradores provenientes de bairros diversos como atores que praticam a ação. A ameaça e o estupro foram indicados como práticas dos moradores do condomínio. Não foram relatados os praticantes da ação tiroteio e assalto.

A depredação do condomínio contribui para a falta de opção de lazer para os moradores, visto que a área de maior depredação é a destinada a esse fim. As unidades habitacionais também não possuem espaços adequados para essa prática. Embora haja no bairro um Clube e uma Associação de moradores, os mesmos não são equipamentos públicos, o que implica numa limitação de acesso. É verificada tamanha preocupação com a depredação no condomínio que é sugerido até nome depreciativo ligado ao mundo do crime. Sendo assim, a depredação é uma atitude que leva à percepção de crime. Tendo em vista tal situação, a maioria dos moradores utilizam apenas os espaços comuns do condomínio próximos à porta de casa, ou seja, utilizam as escadas como locais de encontros e reuniões e, também, o espaço em frente as unidades habitacionais localizadas no primeiro pavimento como, por exemplo, locais para a prática de churrasco. Observam-se diferentes apropriações dos espaços comuns do condomínio também em função da faixa etária dos moradores, como: a utilização da área depredada da churrasqueira pelos jovens, assim como as áreas próximas à entrada principal do condomínio. As crianças, por sua vez, se apropriam das ruas e a área destinada ao parquinho (também depredada). E os adultos utilizam as escadas e o espaço em frente as unidades habitacionais localizadas no primeiro pavimento (ZAMBRANO, 2014a).

Observa-se, entre os participantes, o desejo de recuperar a estrutura física do condomínio por meio da intenção de realização das seguintes ações: reconstrução do parque infantil, visto que o mesmo foi completamente destruído e não apresenta condições adequadas de uso; limpeza

das paredes pichadas; construção de um muro nos limites do condomínio; recuperação do imóvel incendiado e da área da churrasqueira; e construção de ambiente adequado para o armazenamento do lixo.

A seguir encontram-se imagens que ilustram a depredação de algumas áreas do condomínio apontadas nos relatos dos moradores participantes.



Figura 9: Imagem de parte da fachada do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: arquivo pessoal, 2014.



Figura 10: Imagem da área de lazer (churrasqueira) do Condomínio Vivendas Belo Vale (vista da rua), empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: arquivo pessoal, 2014.



Figura 11: Imagem da área de lazer (churrasqueira) do Condomínio Vivendas Belo Vale (vista do condomínio), empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: CAMACHO, 2013.



Figura 12: Parte interna da área de lazer (churrascueira) do Condomínio Vivendas Belo Vale, empreendimento localizado no bairro São Geraldo, Juiz de Fora/MG. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 13: Unidade habitacional incendiada e pichada (vista da rua). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

A seguir encontram-se imagens que ilustram a utilização dos espaços comuns do condomínio apontadas nos relatos dos moradores participantes.



Figura 14: Utilização do espaço para o lazer em frente à uma unidade habitacional pelos adultos. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 15: Utilização do espaço depredado da churrasqueira pelos jovens. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 16: Utilização da rua pelas crianças. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 17: Utilização da escada pelos adultos e crianças. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

Outro fato citado de forma recorrente pelos participantes é o uso e a comercialização de drogas, cuja ocorrência associa-se à disputas por territórios entre traficantes e pode vincular-se a uma variedade de violência por haver uma dificuldade de aplicação das formas legais de resolução de conflitos entre traficantes e usuários.

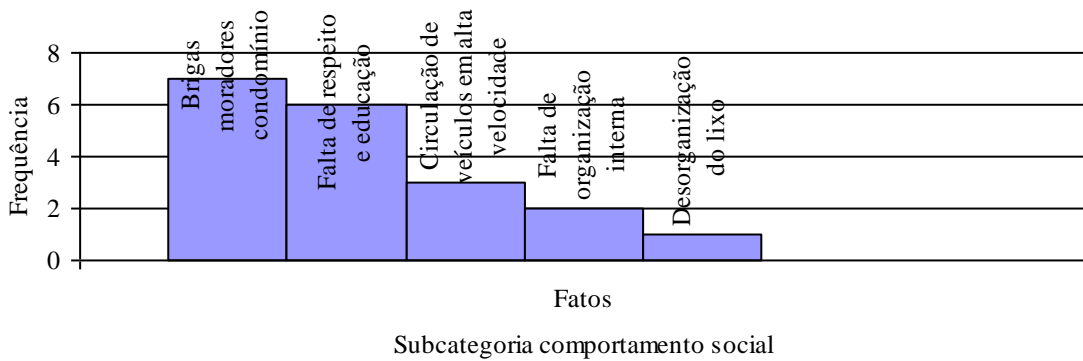


Gráfico 5: Fatos pertencentes à subcategoria Comportamento Social e suas respectivas frequências.

O comportamento social apresenta a segunda maior frequência entre as indicações dos participantes relativas a categoria condomínio. O fato mais citado são as brigas entre os moradores, apontado sete participantes; seguido da indicação da falta de respeito e educação dos mesmos, correspondendo seis entrevistados. A circulação de veículos em alta velocidade dentro do condomínio é indicada três deles. Vinte entrevistados destacam a ausência de organização interna dos moradores. Apresentando a menor frequência, é indicada a desorganização do lixo em local a ele destinado, representando dez por cento.

Segundo os participantes, os moradores do condomínio são os atores que praticam e também sofrem a ação relacionada aos fatos: falta de respeito e educação; falta de organização interna do condomínio; e desorganização do lixo. Nota-se, para o fato brigas no condomínio, que há participação de moradores do bairro, além de moradores do condomínio. A circulação de veículos em alta velocidade é praticada por moradores, tanto do condomínio quanto do bairro.

Faz-se necessário destacar que existia, quando do funcionamento da churrasqueira para o seu devido fim, uma dificuldade por parte dos moradores em compartilhar a área de lazer pela sua característica aberta e de livre acesso. Tal situação gerava alguns conflitos entre quem realizava determinado evento no local com os demais moradores não participantes do mesmo, por questões comportamentais. Este problema é agravado pela inexistência de uma instituição Administradora no condomínio, levando a necessidade de autogestão. Todavia, percebe-se que os moradores têm dificuldades em desenvolver tal organização. Apontados pelos participantes, como perspectivas que contribuem para melhorar a organização do condomínio, destacam-se: a necessidade de haver uma Administradora, um síndico e um porteiro.

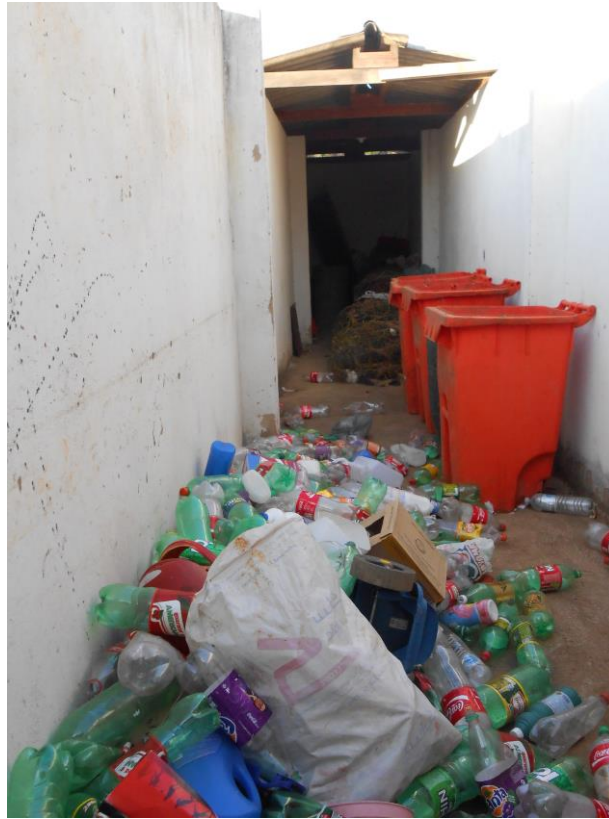


Figura 18: Compartimento destinado ao depósito de lixo do condomínio. Como parte do mesmo é descoberta, implicando em fácil acesso, o lixo organizado é, muitas vezes, revirado e retirado do local a ele destinado. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

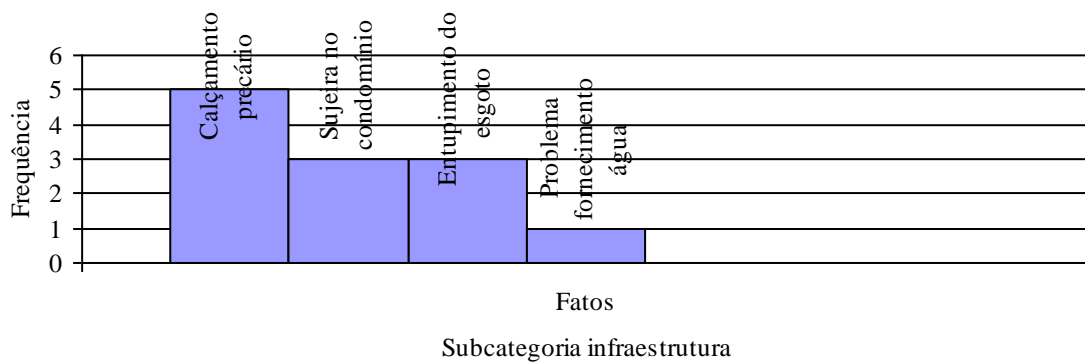


Gráfico 6: Fatos pertencentes à subcategoria Infraestrutura e suas respectivas frequências.

A subcategoria infraestrutura do condomínio destaca-se como a terceira mais citada, onde o calçamento precário é o fato mais recorrente, sendo indicado por cinco participantes. A sujeira e o entupimento do esgoto do condomínio foram ambos apontados três entrevistados. Já o problema relacionado ao fornecimento de água representa dez por cento. Destacam-se,

como problemas referentes ao fornecimento de água no condomínio: a frequente falta de água e as tubulações precárias. O primeiro problema está relacionado, principalmente, à inadimplência por parte dos moradores, cuja situação agrava-se pela falta de uma administradora no condomínio, uma vez que os moradores têm dificuldade de se organizarem. A outra questão vincula-se ao processo construtivo do condomínio, uma vez que é relatado o mal funcionamento do sistema de distribuição de água no local desde a sua inauguração, com ocorrências frequentes de canos rompidos. Segundo alguns moradores, individualizar a distribuição de água contribuiria para minimizar os conflitos no condomínio.

O problema relacionado à inadimplência foi argumentado pelos seguintes motivos: alguns moradores deixaram de pagar o condomínio ao ver que muitos irregulares usufruíam de benefícios condominiais sem pagar; muitos moradores nunca viveram em condomínio e apresentam dificuldades em compartilhar um espaço; e muitas pessoas que moram ali não têm condição de pagar o condomínio. Os moradores que indicaram problemas com relação à organização condominial acreditam que o reestabelecimento da Administradora melhoraria a organização interna. Dentre as mudanças esperadas com a administradora condominial estão: a volta do porteiro, maior segurança, investimento para melhorias nos espaços comuns, aplicação de regras a fim de melhorar as relações internas do condomínio.

Com relação aos atores envolvidos pertencentes a subcategoria infraestrutura, todos os participantes apontam a sujeira no condomínio como um fato praticado exclusivamente pelos próprios moradores, gerando consequências para os mesmos e para os visitantes. Os que citaram calçamento precário indicaram que os moradores que praticam e sofrem a ação são moradores do condomínio. O entupimento do esgoto do condomínio, segundo os relatos, é decorrente de ações da construtora, implicando em consequências para os moradores. O problema relacionado ao fornecimento de água vincula-se à CESAMA, porém, em decorrência de ações de inadimplência dos moradores.

Contribui para a ocorrência da sujeira no condomínio, a falta de conscientização dos moradores com relação ao destino final do lixo, bem como a existência de muitos animais (ex.: cachorros e cavalos) possibilitam que o mesmo se espalhe.



Figura 19: Sujeira no condomínio. Lixo espalhado próximo ao local de armazenamento. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 20: Sujeira no condomínio. Lixo e entulho localizados na parte posterior do condomínio. Fonte: arquivo pessoal, 2014.



Figura 21: Sujeira no condomínio: lixo na área de lazer. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 22: Sujeira no condomínio. Entulho localizado na parte posterior do condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

A pavimentação das vias do condomínio é feita de blocos intertravados, cujo estado de conservação é ruim visto que muitos encontram-se soltos, dificultando o acesso ao local. Segundo relatos, o motivo dessa precariedade da pavimentação do condomínio seria, inicialmente, devido às chuvas, seguida da ação de crianças e adultos, esses últimos para utilizar como armas em brigas.



Figura 23: Precária condição do calçamento do condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

O problema referente ao sistema de esgoto está relacionado com as tubulações, cujo vazamentos e entupimentos são recorrentes. Nota-se esgoto a céu aberto em alguns locais, expondo as crianças, principais vítimas, ao seu contato direto.



Figura 24: À esquerda, vazamento de esgoto por entupimento da tubulação. À direita, vazamento de esgoto de uma das unidades habitacionais escorrendo para os fundos de outra casa. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

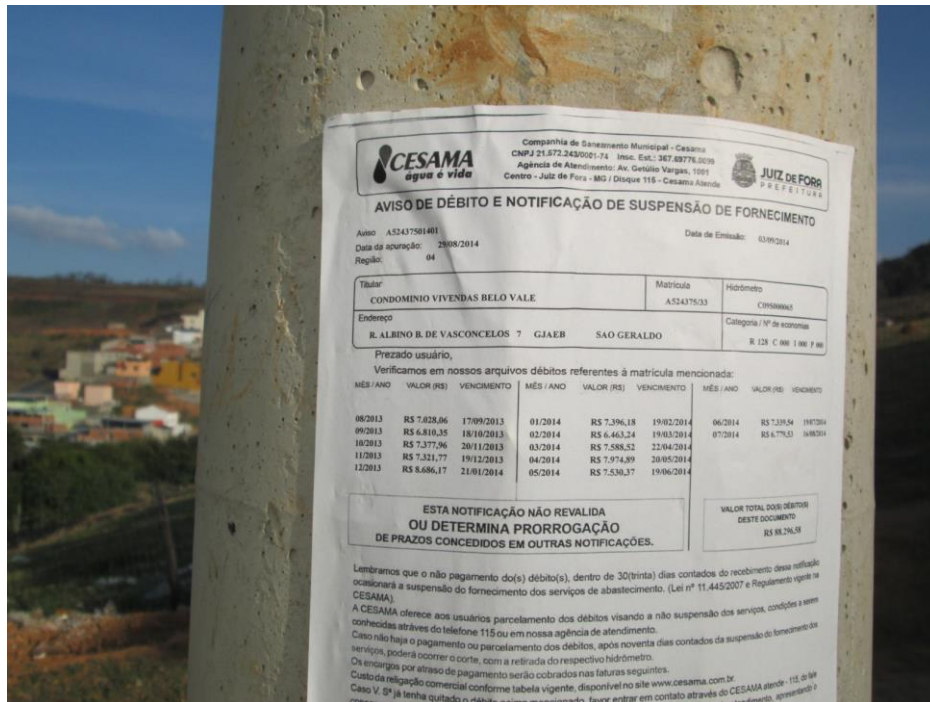


Figura 25: Notificação emitida pela CESAMA sobre a suspensão do fornecimento de água caso o pagamento da dívida não seja efetuado. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

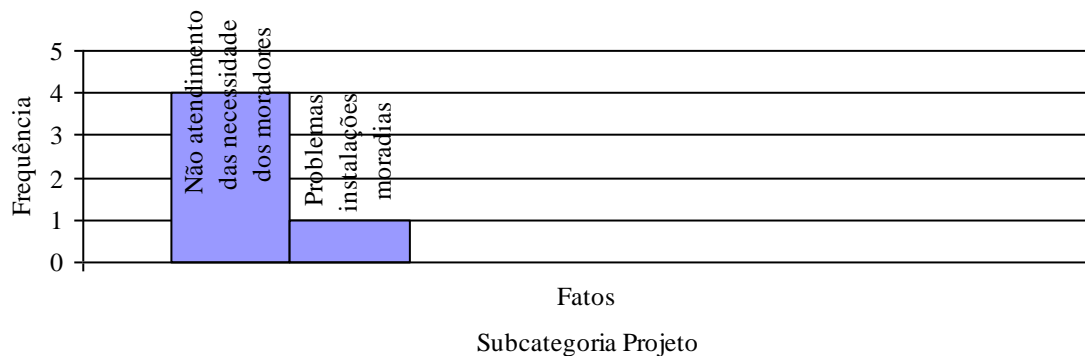


Gráfico 7: Fatos pertencentes à subcategoria Projeto e suas respectivas frequências.

A quarta e última subcategoria pertencente ao condomínio é o projeto. O fato mais percebido, a partir da fala dos moradores, é a insuficiência do programa de necessidades arquitetônicas para as demandas apontadas pelos moradores, indicado por quatro desses. Esse fato é decorrente da execução de moradias que não atendem as reais necessidades dos moradores. Os problemas de patologia de construção e de projeto de engenharia relacionados às instalações hidráulicas e elétricas também foram citados por um entrevistado.

Os fatos pertencentes à categoria projeto, tanto os problemas relacionados às instalações das moradias, quanto à deficiência no programa de necessidades têm, como praticantes da ação, os projetistas da construtora.

O não conhecimento do perfil das famílias para a realização do projeto do empreendimento e também para a realização do critério de seleção das mesmas constitui-se um impedimento para o conhecimento das necessidades dos moradores. Essa situação provoca o surgimento de adaptações no ambiente construído. Com relação aos espaços comuns, essas alterações são observadas na criação de muros, no fechamento com gradis, e na utilização de grades em portas e janelas.



Figura 26: Adaptação da moradia realizada pelos moradores, embora não seja permitida pelo PMCMV. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 27: Adaptação da moradia realizada pelos moradores, embora não seja permitida pelo PMCMV. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 28: Moradores estendem suas roupas nas escadas em função da inexistência de espaços para o fazer em suas residências. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

A seguir, são analisadas as subcategorias pertencentes à categoria bairro.

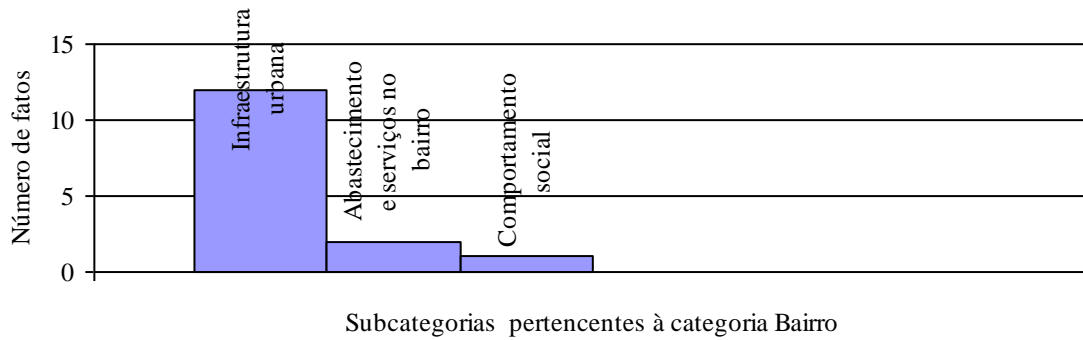


Gráfico 8: Subcategorias pertencentes à categoria Bairro e o número de fatos correspondentes.

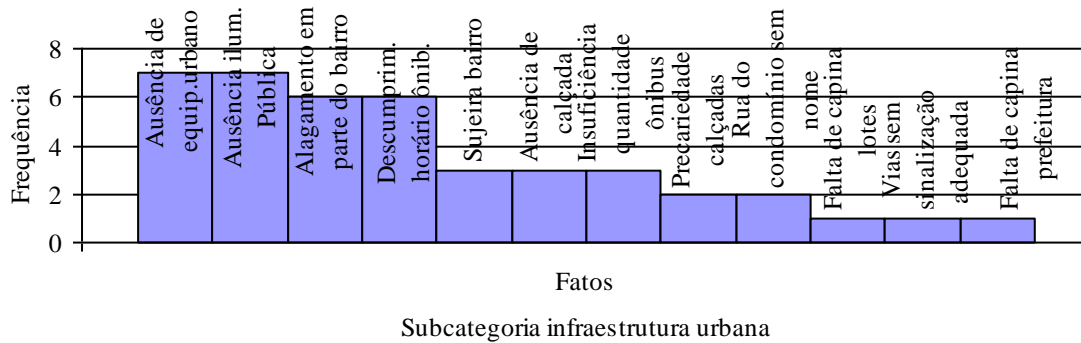


Gráfico 9: Fatos pertencentes à subcategoria Infraestrutura urbana e suas respectivas frequências.

Foram observadas, para a categoria bairro, as seguintes subcategorias: infraestrutura urbana, comportamento social e abastecimento e serviços no bairro. Entre essas, a que possui maior diversidade de respostas é a infraestrutura urbana, o que permite constatar elevada insatisfação dos participantes relacionados a essa questão. Dos doze fatos relacionados a essa subcategoria, a ausência de iluminação pública em parte da rua do condomínio e a inexistência de equipamentos urbanos são os mais citados pelos moradores, sendo ambos apontados por sete participantes. Também se destacam os seguintes fatos: o não cumprimento do horário de ônibus pelos motoristas e o alagamento em parte do bairro, cada um sendo citado por sete participantes. Foram observados no relato de três entrevistados a indicação da sujeira no bairro, da ausência de calçada e da insuficiência no transporte público. A precariedade das calçadas e ausência de nome da rua do condomínio foram apontadas por dois moradores. Indicadas por um morador: a falta de capina nas calçadas, realizada pela

prefeitura; a ausência de capina nos lotes particulares; e a inexistência de sinalização adequada nas vias.

Dos doze fatos pertencentes à subcategoria infraestrutura, nove deles têm como atores praticantes das ações a prefeitura do município; são eles: ausência de nome da rua do condomínio, ausência de iluminação pública em parte da rua, ausência de equipamento urbano, insuficiência na quantidade de ônibus, vias sem sinalização adequada, falta de capina, precariedade das calçadas existentes, ausência de calçadas em determinados trechos, e alagamento em parte do bairro. Esse último, também apresenta os moradores do bairro e do condomínio como responsáveis pela sua ocorrência, visto que o lixo acumulado nas ruas contribui para o problema mencionado. O fato “não cumprimento de horários dos ônibus” é decorrente de ações dos motoristas. Os demais fatos, como sujeira no bairro e falta de capina nos lotes, estão relacionados às ações dos moradores do bairro.

Relacionada ao lazer, a praça é o equipamento público mais solicitado (com área destinada para as crianças e campo de futebol). Foi destacado por alguns participantes a importância de atividades de lazer e espaços adequados para as crianças e os adolescentes do bairro. Na falta dessa área, os moradores utilizam um terreno particular vazio, que não se encontra totalmente cercado.



Figura 29: Terreno utilizado pelas crianças para lazer. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 30: O mesmo terreno utilizado pelas crianças para lazer é também utilizado por alguns moradores para acesso ao condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

Conforme relatos, a ausência de iluminação pública acaba gerando insegurança nos moradores ao caminhar pelo bairro. Dessa forma, nota-se que um problema relacionado à infraestrutura urbana pode desdobrar-se em outros, como: evitar passar em determinado local e a sensação de insegurança.



Figura 31: Trecho da rua de acesso ao condomínio sem iluminação pública (Obs.: Após o desenvolvimento do trabalho de campo este problema foi solucionado com a implantação de iluminação pública em toda a via).
Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

Com relação ao transporte público, é relatado que o não cumprimento dos horários pré-estabelecidos se agrava, principalmente, aos finais de semana. A insuficiência na quantidade de veículos é constatada, principalmente, nos horários de pico: manhã, hora do almoço e final da tarde. Além dessas duas questões, foram observadas queixas relacionadas à distância dos pontos de ônibus ao condomínio, embora não os sejam. Contudo, algumas hipóteses podem ser consideradas, auxiliando na compreensão dessa colocação: a inclinação da rua do condomínio (íngreme); a falta de iluminação em um trecho da via; a alteração do trajeto (os ônibus passavam em frente ao condomínio); a falta de calçada adequada na rua do condomínio. Nos relatos destacam-se ainda: a dificuldade encontrada pelos moradores para a utilização do transporte à noite, uma vez que, a partir de determinado horário, os ônibus não mais circulam e os taxistas se recusam a transportá-los até o condomínio.



Figura 32: Sujeira no bairro. Lixo espalhado próximo ao condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 33: Sujeira no bairro. Lixo espalhado em frente ao condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a

A ausência de calçada adequada juntamente com a falta de capina no bairro contribuem para o surgimento de animais peçonhentos, proporcionando risco aos transeuntes.



Figura 34: Falta de calçadas adequadas no bairro. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 35: Calçada em frente à entrada do condomínio. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 36: Um dos locais de alagamento indicado (cruzamento entre a rua do condomínio e a rua Clóvis Seroa da Mota - em frente ao bar chamado Bar do Roberto). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 37: Um dos locais de alagamento indicado (Avenida Darci Vargas - próximo à rua da Escola). Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

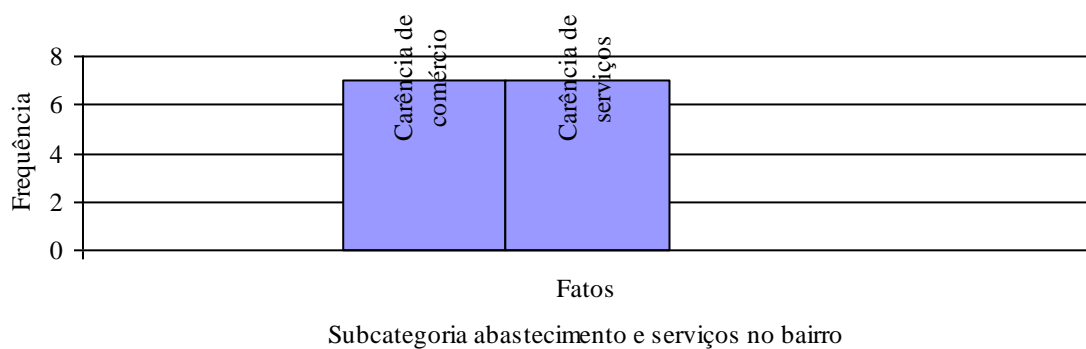


Gráfico 10: Fatos pertencentes à subcategoria Abastecimento e serviços no bairro e suas respectivas frequências.

O abastecimento e serviços no bairro apresenta a segunda maior frequência entre as indicações dos participantes relativas a categoria bairro. Os dois fatos citados são a carência de comércio e a carência de serviços, ambos apontados por sete moradores participantes. O comércio no bairro São Geraldo é classificado, segundo os participantes, como insuficiente em função, principalmente, dos seguintes aspectos: há poucas opções de estabelecimentos comerciais; há limitações relacionadas aos meios de pagamento; não há variedade de produtos; e os produtos possuem preços mais caros em comparação a outros bairros. Dessa forma, grande parte dos moradores do condomínio utilizam os bairros Ipiranga, Santa Luzia e/ou centro para a realização de suas compras. Verifica-se também um descontentamento relacionado aos serviços, principalmente os referentes à saúde e educação, oferecidos no bairro. Dessa forma, são indicadas perspectivas relacionadas a implantação de equipamentos

urbanos, como praça, posto de saúde, posto policial, creche e escola. Entre todos os equipamentos citados, o bairro possui apenas a escola, que atende somente a educação primária.



Figura 38: Bar/mercearia localizada próximo ao condomínio, uma das poucas opções de comércio no bairro São Geraldo. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.



Figura 39: Avenida Darci Vargas, na altura do bairro Ipiranga – mais opções no comércio/serviço. Fonte: ZAMBRANO, 2014a.

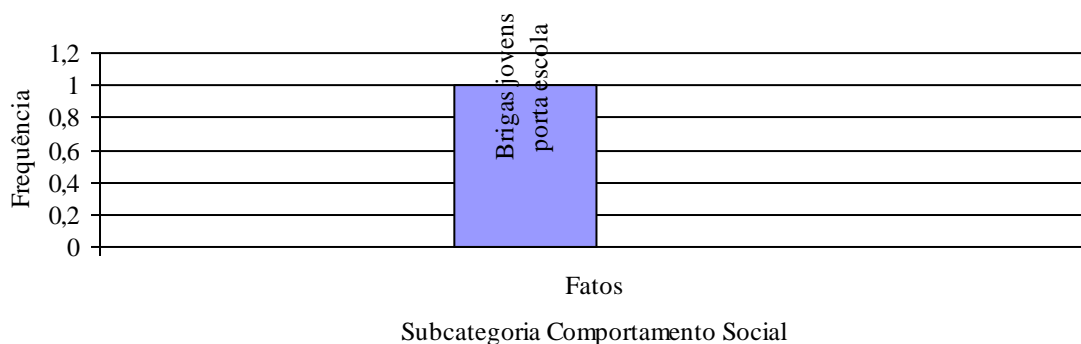


Gráfico 11: Fatos pertencentes à subcategoria Comportamento social no bairro e suas respectivas frequências

A subcategoria comportamento social destaca-se como a terceira mais citada, onde as brigas frequentes dos jovens na porta da escola é o único fato apontado, sendo indicado por um participante, sendo integrantes dessa ação os moradores do condomínio e do bairro, como praticantes da mesma.

5.3 OBSERVAÇÕES DO TRABALHO DE CAMPO

Nessa Seção é realizado o relato dos desafios e dificuldades encontrados no desenvolvimento do trabalho de campo, apontando as principais questões relacionadas à sua aplicação. Como já explicitado anteriormente, as atividades realizadas ocorreram em consonância com o Projeto de Extensão Universitária “Escritório-escola Itinerante: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do PMCMV em Juiz de Fora”. No período do dia vinte de julho ao dia primeiro de outubro de 2014 foi realizada a aplicação do método Percurso Comentado, seguido da aplicação do questionário. Durante a execução do método, foram verificadas algumas dificuldades, implicando na necessidade de adaptações.

Embora tenha existido a intenção prévia de mínimas interferências durante a atividade, tal situação não foi possível realizar-se. Em todos os percursos, houve a necessidade de estimular os participantes a percebê-lo e descrevê-lo, pois observou-se que, caso não fossem feitas perguntas ou observações, os pesquisados não desenvolveriam a atividade satisfatoriamente. Dessa forma, acredita-se que ao longo do percurso, o entrevistado após ter sido estimulado, compreendeu melhor a proposta da atividade e quebrou algumas barreiras com a equipe, sentindo-se mais à vontade, desenvolvendo o percurso de maneira apropriada.

Verificou-se que alguns moradores, principalmente os que possuíam baixa escolaridade, tiveram dificuldade para entender o objetivo da pesquisa, bem como para interpretar as perguntas do questionário, embora tenha sido considerado a simplificação das questões e do

discurso de apresentação da pesquisa, visando facilitar a compreensão dos participantes. Tal fato implicou na necessidade de repetições com explicações mais minuciosas para a obtenção de resultados eficazes. A grande dificuldade de aproximação com os jovens do sexo masculino, impossibilitou atingir diferentes faixas etárias e de gênero, pois não foi possível realizar as atividades com os mesmos.

Observou-se que alguns moradores ficaram receosos ao relatar o percurso e responder ao questionário, visto que as atividades os expunham, sentindo-se inibidos com os olhares da vizinhança. Tendo em vista tal situação, verifica-se que os primeiros reflexos dos conflitos existentes no condomínio foram percebidos já na aplicação do método, onde há uma intensa preocupação relativa aos possíveis julgamentos e atitudes de outros moradores. Os participantes sentiram-se mais seguros e à vontade ao falar sobre as questões do condomínio e do entorno, dentro de suas casas ou no destino final do percurso (afastado do condomínio). Muitos ficaram inibidos também com relação aos instrumentos de registro utilizados pela atividade, como o registro fotográfico e o gravador, chegando a optar por guardar o gravador no bolso ou até mesmo escondê-lo na roupa.

Ao completar a realização dos primeiros seis percursos, verificou-se recorrentes casos de desistências por parte dos moradores que haviam acordado em realizar a atividade (Percurso Comentado). A dificuldade de finalizar a aplicação do método torna-se evidente quando se compara o tempo gasto nos seis primeiros percursos, totalizando um mês, aos dois meses gastos para o restante dos percursos. Pelo fato de ter concluído os três meses previstos de trabalho de campo, pelas desistências para realizar a atividade, e por já constatar a saturação nas respostas, optou-se pelo encerramento da aplicação dos percursos comentados com dez atividades concluídas.

Por fim, durante a atividade os pesquisadores foram abordados por outros moradores do condomínio, notando-se a curiosidade e a preocupação de alguns, principalmente os de ocupação irregular, quanto aos objetivos da pesquisa e à instituição responsável pela mesma. Muitas vezes os pesquisadores foram confundidos com funcionários da Prefeitura, EMCASA e Caixa Econômica Federal, embora estivessem identificados com crachás.

5.4 OBSERVAÇÕES DA ANÁLISE

É verificado que o contexto social do Condomínio Vivendas Belo Vale certamente afasta o “sentimento de bairrofilia”, discorrido por Mello (2012, p. 37), ao enfatizar que a moradia proporciona a sensação de “apego, pertencimento, desenvoltura, filiação e bem-estar”,

características essas não observadas nos moradores do Condomínio em estudo. A ausência de vínculo com o espaço vivido é percebida por meio da verificação de um enorme descuido relacionado aos espaços de uso coletivo, evidenciando um espaço ausente de significados e valores, dificultando a efetiva constituição de lugares. O comportamento dos moradores vai ao encontro da colocação de Tuan (2013, p. 209), ao relatar sobre o sentimento dos indivíduos que não vivem em moradias planejadas por elas, onde o ambiente construído não traduz o ideal dos seus moradores, corroborando para o afastamento dos mesmos.

Embora haja a proposição de universalização do acesso à moradia digna a todos os cidadãos, conforme publicado no PlanHab (2010, p. 50), verifica-se que os programas habitacionais brasileiros priorizam os parâmetros econômicos, utilizando soluções de produções para serem realizadas no curto prazo de tempo e baixo custo construtivo, aparentemente, não valorizando outras questões, como as sociais e as culturais que envolverão os futuros moradores dos empreendimentos. Para Gonçalves (2009, p. 117), além do cumprimento do aspecto funcional, a moradia possui uma dimensão simbólica, o que a torna complexa. Aos poucos a arquitetura e o urbanismo enfatizam, em suas análises, questões relacionadas a “pessoa e ao espaço sociocultural como o contexto constitutivo da paisagem”. Dessa forma, as soluções propostas nos projetos de empreendimentos de habitações de interesse social deveriam ser aceitas pelos moradores, visto que são eles que viverão nesses espaços e se tornarão os responsáveis por operá-los. Ao serem considerados participantes do projeto, os moradores podem expor suas prioridades relacionadas a “conforto, qualidade de vida, bem como de interferências com a comunidade vizinha”; sendo essa participação mais facilmente implementada em projetos que se destinam a comunidades preexistentes organizadas (CEF, 2010, p. 1).

Essa pesquisa destaca a relevância em se constituir empreendimentos habitacionais que estabeleçam uma condição de âmbito urbano, ou seja, aquela em que as promoções de novos ambientes construídos devem estar inseridas adequadamente nas cidades, sendo responsáveis por fazer com que seus moradores sintam-se parte de um lugar da cidade, proporcionando, entre outros aspectos, a determinação da cidadania dos indivíduos (VIGLIECCA, 2014, p. 1). Conforme divulgado pelo Ministério das Cidades (2010, p. 55), esse é um dos aspectos que permite colaborar para a fixação das populações beneficiadas nos empreendimentos. Assim, entende-se que a ausência do atendimento desse aspecto pode contribuir para que os moradores não se identifiquem com as novas moradias, dificultando o estabelecimento de vínculos com o lugar.

O Ministério da Justiça do Brasil (BRASIL, 2009, p. 10), ao apresentar uma série de orientações gerais sobre espaços urbanos seguros, enfatiza estratégias que buscam promover uma cultura de paz para o convívio em comunidade e consequente desenvolvimento social. Como parte integrante dessas estratégias, encontra-se a sustentabilidade na construção e utilização dos espaços urbanos seguros. Em outras palavras, esses espaços necessitam da “garantia de sua sustentabilidade no espaço e no tempo.” Constituem-se como fatores fundamentais para que determinada comunidade permaneça, ou não, nos ambientes construídos, questões relacionadas à relação da comunidade com a região destinada à implantação de determinado projeto, somado ao efetivo atendimento de alguns elementos de infraestrutura urbana (BRASIL, 2009, p. 11).

Mello (2012, p. 54) afirma que a conduta dos indivíduos é influenciada pelo ambiente que o envolve, seja o mesmo “físico, social ou imaginário”. No caso do Condomínio, esse fato pode ser percebido por meio da questão paisagística do território intermediário, entre a cidade e o lugar da unidade arquitetônica, onde não existe a contribuição para a formação cidadã dos moradores, resultando na ausência de integração desses com o bairro e repercutindo na percepção negativa para o território.

Embora exista, conforme verificado na Seção anterior, uma insatisfação relacionada ao Condomínio por parte da maioria dos participantes, verifica-se, em seus discursos, que a aquisição de uma moradia própria faz parte da realização pessoal, representando, para muitos, a concretização de um sonho. Essa relevância da moradia é compreendida pelo significado que a mesma apresenta, traduzido pela conquista da segurança, do repouso, do convívio, entre outros. Esse sentimento é fortalecido pela segurança conferida pelo PMCMV relacionada a posse, ou seja, ao quitar todas as parcelas devidas, é assegurado às famílias o título de propriedade privada individual. Destaca-se, também, uma boa relação dos moradores com o bairro, embora tenham indicado, assim como no condomínio, diversos problemas. Uma questão citada de maneira recorrente é a não realização de melhorias no bairro após a implantação do empreendimento habitacional, uma vez que o mesmo sobrecarrega alguns serviços como, por exemplo, o transporte público.

Por apresentar um regimento condominial, o empreendimento habitacional Vivendas Belo Vale estabelece direitos e deveres aos seus moradores, cujo cumprimento dos mesmos não é efetivado. Acredita-se que, contribui para a falta de organização interna dos moradores, a não familiaridade com essa forma de habitar. A falta de consciência do coletivo pode estar relacionada à decorrência da cultura de não morar em condomínio.

Faz-se necessário destacar que, após o período da aplicação do método, alguns fatos mencionados pelos entrevistados foram solucionados, entre eles: iluminação do trecho da rua do condomínio; correção de parte da instalação do esgoto do condomínio; trajeto do transporte público, retomando sua passagem na rua do condomínio em alguns horários; e a eliminação das pichações na churrasqueira e em algumas edificações. A imagem a seguir representa o resultado da iniciativa de alguns moradores, incluindo os de ocupação irregular, a qual demonstra a potencialidade dos mesmos em se organizarem e contribuírem positivamente para a manutenção do condomínio.



Figura 40: Área de churrasqueira do Condomínio Vivendas Belo Vale após pintura. Fonte: PROEXT/FAU UFJF, 2014.

É importante destacar a complexidade do conceito lugar, principalmente em arquitetura e urbanismo, onde percebe-se, por meio da revisão bibliográfica, a escassez de trabalhos relacionados ao tema. Tal conceito, por relacionar-se à forma de ver, varia conforme a interpretação de cada ser no mundo. Ou seja, é sabido a insatisfação dos moradores relacionada ao Condomínio e ao bairro, pois a pesquisa direciona a análise exclusivamente para a opinião dos moradores. Porém, o sentido de lugar pode variar conforme o ator envolvido, apresentando-se de maneira diferenciada para o político, a prefeitura, a EMCASA, a construtora e a Caixa Econômica Federal. Não foram envolvidas as opiniões desses atores na presente pesquisa, pois optou-se por considerar a essência do conflito na interpretação do morador. Dessa forma, foram expostos diversos fatos relacionados aos atores citados na visão dos residentes do Condomínio.

Essa complexidade do conceito torna-se mais profunda ao considerar também a existência de diferentes visões para o mesmo ator que varia conforme sua posição (permitindo ângulos e interpretações diferentes). Ou seja, considerando os moradores do condomínio, suas opiniões e expectativas sobre o PMCMV anteriormente à mudança, certamente diferem das possuídas atualmente, como moradores efetivos, cuja forma de ver o mundo foi modificada em função da aquisição de outra interpretação, ou seja, como ele vê o mundo novamente. Como o ser no mundo contempla diferentes lugares, tem-se que, para os moradores, um desses é o Condomínio pertencente ao PMCMV, embora, conforme verificado, esse lugar ainda esteja em formação. Sendo assim, para o morador, o território intermediário é fruto de uma visão que o mesmo apresenta do que é morar naquele determinado ambiente construído e, também, de como as pessoas os veem numa proximidade. E ainda, o território intermediário é formado por elementos que são determinados pelos seus moradores, o que implica na inexistência de um limite territorial único, ou seja, a cada momento ele se constrói.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou investigar os fatos conflituosos existentes no Condomínio Vivendas Belo Vale e suas interferências na constituição de espaços urbanos seguros, bem como a forma como estes são influenciados pelo ambiente construído. Outros aspectos buscados relacionam-se ao sentido de lugar na criação de empreendimentos habitacionais; à essência das situações conflituosas que influenciam na satisfação dos moradores e os elementos na delimitação do território intermediário de recomposição social das famílias beneficiadas pelo PMCMV.

Por meio da aplicação dos instrumentos metodológicos descritos na Seção 04 dessa pesquisa, foram identificados trinta e três fatos, os quais revelaram a existência dos problemas da violência e da criminalidade enfrentados pelos moradores do empreendimento habitacional em questão. Em função da diversidade dos mesmos, fez-se necessário categorizá-los a fim de facilitar a compreensão de suas ocorrências. Foi verificado que há situações relacionadas à ausência e/ou deficiência no atendimento à infraestrutura, tanto no bairro como no condomínio, ao comportamento dos moradores, aos crimes cometidos e ao projeto executado.

Considerando todos os fatos expostos na Seção anterior e suas respectivas análises, tem-se que as situações conflituosas apresentam-se como características intrínsecas ao Condomínio Vivendas Belo Vale, uma vez que possuem, seja na escala bairro ou condomínio, aspectos

recorrentes que passaram a fazer parte do cotidiano da população residente. Observa-se que todos os fatos apresentados ocorrem de maneira direta e de uma só vez. Ou seja, considerando os instrumentos em causa, os fatos são diretos porque, ao efetuar a ação, determinado ator produz consequências imediatas aos que as sofrem. E ocorrem de uma só vez porque, ao considerar a distribuição temporal do fato, o mesmo se dá de uma vez e não de forma esparsa e/ou distribuída.

Por serem verificados nos discursos dos moradores participantes, diversos fatos que são exemplos de violência, seja ela apresentada em diferentes categorias e graus, tem-se que a mesma é um dos resultados da paisagem existente, em outras palavras, da forma de observar determinado lugar. Nessa observação, é verificada a existência de diferentes graus de violência em função de haver diferentes manifestações da mesma. Como exemplo, três diferentes situações: (1) tem-se a ocorrência de crimes, cuja violência pode ser considerada como abusiva; (2) há falta de governança, que prejudica os moradores ao privá-los do acesso à infraestrutura básica; (3) verifica-se também a ausência de educação e respeito, cuja ação leva a uma violência de menor grau, mas não menos importante, pois afeta o convívio e o bem-estar social. Todavia, a determinação da violência relaciona-se não somente ao lugar da ocorrência em si, ou seja, os trinta e três fatos verificados não são ocasionados somente em função da existência do empreendimento do PMCMV. Ao serem identificados em diferentes categorias e subcategorias, verifica-se que há fatos diversos, resultantes de aspectos culturalmente e previamente presentes (como, por exemplo, os fatos indicados na categoria comportamento social, pertencente à categoria condomínio e bairro), e há os resultantes do processo de reterritorialização que se dá no Condomínio (como, por exemplo, os fatos indicados na subcategoria crimes).

Diante da colocação apresentada anteriormente, percebe-se também a complexidade da violência, cujas causas relacionam-se à existência de um território em disputa, isto é, não socialmente e culturalmente configurado pela nova comunidade em formação. A violência existente nos empreendimentos habitacionais de interesse social talvez pudesse ser mitigada por meio do entendimento da forma como as pessoas se relacionam entre si, principalmente quando há a busca pela integração de grupos diferentes.

A ausência de ambientes adequados às necessidades das famílias, em função da execução de projetos que não contemplam a realidade, implica em uma resposta por parte dos moradores, traduzida em ações de transformações do ambiente construído, embora essa prática seja proibida pelo PMCMV. Dessa forma, faz-se necessário que os novos empreendimentos

habitacionais atendam a forma de vida das famílias, contribuindo para possibilitar o desenvolvimento do sentido de moradia. Uma interessante questão verificada nos discursos dos moradores participantes é a fragilidade existente nas relações sociais do Condomínio como um todo. Observa-se, no Condomínio Vivendas Belo Vale, que há o estabelecimento de um convívio amistoso com os vizinhos próximos, pertencentes à mesma edificação. Todavia, é verificada uma rivalidade existente entre as três ruas do Condomínio, sendo a terceira caracterizada como a mais perigosa e onde muitos de seus moradores estão envolvidos com o tráfico de drogas. A ausência de relações coesas e a falta de pertencimento ao lugar contribuem para a formação de ambientes marginalizados, provocando alterações em seus usos, bem como a depredação de sua estrutura.

Tendo em vista tal situação, é possível afirmar que o ambiente construído pertencente ao empreendimento habitacional Vivendas Belo Vale sofre determinadas modificações à medida que seus moradores o utilizam conforme suas necessidades e interesses, ou seja, o territorializa. Essa ação pode vincular-se à adaptações positivas e/ou negativas. Dessa forma, pode-se confirmar a hipótese de que o ambiente construído pertencente ao Condomínio em estudo tem relevância para a contribuição de espaços urbanos seguros haja vista seu papel influenciador na sensação de segurança, pois ambientes depredados e mal cuidados conduz ao uso escasso e fragmentado, corroborando a sensação de insegurança. Confirma-se também a existência de um território intermediário, que caracteriza-se indefinido por estar em constituição, pois os moradores ainda buscam efetivar sua territorialização por meio da construção de um lugar de valor e significado.

Essa pesquisa ratifica o importante papel desempenhado pelos espaços comuns de um empreendimento habitacional, uma vez que os seus usos refletem na apropriação e manutenção dos espaços, contribuindo para a promoção de uma comunidade entre os moradores. Todavia, verifica-se que o objeto do estudo de caso da presente pesquisa é fruto de uma produção padronizada e sem o conhecimento das necessidades dos futuros usuários, o que dificulta a possibilidade de integração e apropriação de seus espaços comuns.

Com relação à metodologia do trabalho, destaca-se a importância do método escolhido e, numa perspectiva de continuidade da pesquisa para o desenvolvimento de estudos futuros, incluindo outros empreendimentos habitacionais, faz-se interessante considerar, também, a necessidade de sua discussão por meio de outras validações do próprio método. Cabe também destacar a possibilidade de alteração do tratamento dado à palavra violência durante a pesquisa de campo em estudos futuros, optando por explicitá-la ao entrevistado, escolha que

pode apontar fatos e resultados que diferem dos encontrados na presente pesquisa. Dado o tempo de realização do trabalho e a escolha do método, a violência não foi observada com maior rigor a partir do interior da moradia, fato esse que também poderia acarretar em outras indicações por parte dos entrevistados. Houve certa dificuldade em perceber a necessidade de estar dentro da moradia como ponto de partida em função da não observância dessa situação nas referências sobre o assunto.

Por meio da análise do estudo de caso e da verificação na literatura existente, é possível identificar que o PMCMV tem produzido habitações que vão de encontro ao cumprimento do direito à moradia adequada. Ou seja, em não conformidade com um padrão de vida adequado, cuja característica vai além do direito a um abrigo, e inclui a efetivação do desenvolvimento social, econômico e cultural de seus moradores, aspectos fundamentais para a prosperidade da vida cotidiana e do sentimento de cidadania.

Constata-se a inexistência de um limite físico do território em questão, visto que o mesmo é diverso, apresentando diferentes conflitos e interesses. Ao observar o Condomínio em estudo, constata-se a existência de um território intermediário entre o interior doméstico e a cidade, apresentando-se como um território em disputa, isto é, ainda não socialmente e culturalmente configurado pela nova comunidade em formação. Nesse sentido, ocorreu nesse condomínio um processo que identificamos na teoria como de desterritorialização e está em curso a reterritorialização da comunidade constituída pelo PMCMV, ocasionando um contexto social desarmônico no território fisicamente já configurado e hipoteticamente territorializado para os seus agentes produtores (Estado e construtores), bem como para o senso comum da sociedade que não vive nele e que supõem atender a uma territorialidade em outra escala social (falta de unidade de habitação para baixa renda). Esses territórios necessitam de atenção, visto que são desprovidos de significados, sendo assim, impossibilitados de tornar-se novos referenciais.

REFERÊNCIAS

AVESANI, M. do C. **Resultados e Desafios do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília: 61º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, 2014. 16 slides.

AZEVEDO, S. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: ANTAC, 2007. 552 p.

BAPTISTA, P. S. F.; NASCIMENTO, D. M. **Um olhar sobre os espaços comuns dos Conjuntos Habitacionais do Bairro Granja de Freitas em Belo Horizonte**. In: 54th IFHP World Congress – Building communities for the cities of the future, Porto Alegre, 2010. 9 p.

BEATO, C. et al. Crime e estratégias de policiamento em espaços urbanos. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro – RJ, v.51, n.3, p. 687-717, 2008.

BEATO, C. **Crime e cidades**. 01 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 291p.

BONAVIDES, S. M. P. B. **Tipos de violência: classificações e explicações teóricas**. Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2011/03/tipos-de-violencia-classificacoes-e.html>. Acesso em: janeiro, 2015.

BRASIL. Lei n. 10.257/01 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas.htm>>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Espaços urbanos seguros: orientações gerais**. Brasília, SENASP, 2009. 12p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. 96 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Trabalho social e intervenções habitacionais: reflexões e aprendizado sobre o seminário internacional**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 44 p.

BRASIL. Ministério das cidades. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília: Ministério das Cidades, 2012. 24 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**. 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_base.pdf. Acesso em: maio, 2014.

BRASIL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Números: acompanhe o maior programa habitacional brasileiro**. Disponível em: <http://mcmv.caixa.gov.br/numeros/>. Acesso em: março, 2015a.

BRASIL. **O que é Minha Casa, Minha Vida. Quem pode ter**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/quem-pode-ter>. Acesso em: março, 2015b.

BRASIL. **Programa Minha Casa, Minha Vida 2015**. Disponível em: <http://www.programadogoverno.org/programa-minha-casa-minha-vida-2015/>. Acesso em: março, 2015c.

BRASIL. **Saiba como funciona e como participar do Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/saiba-como-funciona-e-como-participar-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: março, 2015d.

BRUM, R. Anunciadas medidas para conter violência em residenciais. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 24 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/cidade/anunciadas-medidas-para-conter-violencia-em-residenciais-1.1283579/comments-7.2215952>>. Acesso em: 10 de out. 2013.

CABRAL, L. O. A paisagem enquanto fenômeno vivido. **Revista Geosul**. Florianópolis, v. 5, n. 30, p. 34-45, jul./dez de 2000.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out; de 2007.

CALISTO, C. S. **O ambiente como mundo vivido: uma abordagem do espaço segundo a geografia humanista**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CAMACHO, N. O. **Requalificação de um conjunto habitacional de interesse social na cidade de Juiz de Fora com base em princípios de sustentabilidade**. 2013. 97 f.. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFJF, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais**. 01ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, 322 p.

CASSAB, C.; PINTO, M. B. O lugar do pobre na cidade de Juiz de Fora. O Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. **Revista Geografia**. Cascavel, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2013.

CAVALCANTI, C. **A aplicação dos instrumentos do estatuto da cidade para a promoção de cidades sustentáveis**. Brasília: Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social. 52 slides.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana**. 2006. 228 f.. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, R. G. S.; SILVA, C. V. . **Atlas Ambiental da Cidade de Juiz de Fora: Uma contribuição para avaliação da qualidade ambiental**. In: XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa. Atlas Ambiental da Cidade de Juiz de Fora: Uma contribuição para avaliação da qualidade ambiental, 2009.

DILIGENTI, M. P. **Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social: movimentos sociais e a (re) significação do lugar**. In: I ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2010. Rio de Janeiro, Brasil. Anais.

GERALDO, W. M. J. **Novas dinâmicas socioespaciais na “cidade alta” de Juiz de Fora.** 2011. 126 f.. Trabalho de conclusão do curso de Geografia – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4a ed. São Paulo: Atlas; 2002. p. 41-57.

GONÇALVES, T. M. Habitação e Sustentabilidade Urbana. **Revista Invi.** n. 65, v. 24, mai. 2009.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade.** Campinas, v. 12, n. 2, p. 307-323, jul./dez. 2009.

HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Religião, identidade e território.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, p.115-144.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: CONFERENCE, 2004. Porto Alegre, set. 2004.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Ano I, n. 1, jul. 2009.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território.** Ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

_____. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: OLIVEIRA, L.; MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 281-304.

HORA NETO, J. A.; QUEIROZ, J. R. Espaço e Lugar: estudo sobre a compreensão espacial de uma pessoa com deficiência visual. In: Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, 5, Maceió, 2010. **Anais...** Maceió: CONNEPI, 2010.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?minas-gerais|juiz-de-fora|sintese-das-informacoes>. Acesso em: março, 2015.

IPEA. **Minha Casa, Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Brasília: Rio de Janeiro, 2013. 59 p.

IPEA. **Habitação: onde mora a violência.** Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1022:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 05 de nov. 2014.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** 03 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. 510p.

JOLÉ, M. Reconsiderações sobre o “andar” na observação e compreensão do espaço urbano. **Caderno CRH.** Salvador, v. 18, n. 45 p. 423-429, set/dez; 2005.

JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. **Habitação de interesse social**. disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/habitacao/documentos/mcmv/>. Nov. 2014. Acesso em: março, 2015.

JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (PDDU, 2000)**. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/pddu/>. Acesso em: março, 2015.

KOGA, D. Conhecer o território é o primeiro passo. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **In: Seminário Internacional Trabalho Social e intervenções habitacionais**, ago./set. 2011, Brasília/DF, 44 p.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; et al. Análise de parâmetros de implantação de conjuntos habitacionais de interesse social: ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida. In: SATTLER, M. A.; PEREIRA, F.O. R. (Org.). **Coletânea Habitare**. Porto Alegre: ANTAC, 2006. 296 p.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído. **ANTAC**. 1º ed. Porto Alegre: ANTAC, 1995, v.1, 31p.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. L. O papel de espaços abertos comunais na avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 25-39, jul./set; de 2002.

LEITÃO, L. Espaço do abrigo? Espaço do afeto! In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. (Orgs.). **Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: PROARQ, 2002, p. 365-369.

LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geografia. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**. Cascavel, v. 16, n. 2, p. 23-30, maio/ ago. 2012.

MAGALHÃES, I. A consolidação do trabalho social. Trabalho social e intervenções habitacionais, Brasília, p. 6-9, 2011. Entrevista concedida para a publicação sobre reflexões e debates do Seminário Internacional Trabalho Social em Intervenções Habitacionais, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro de 2010, no Hotel Gran Bittar – Brasília/DF.

MAGALHÃES, I. Sustentabilidade, um grande desafio do PMCMV. **Revista Brasileira da Habitação**, Brasília, a. 5, n. 6, p.21, 2013. Entrevista concedida a Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação.

MARTINS, M. L. R. **Plano de ação habitacional e urbano**. São Paulo: USP, 2003. 135 p.

MEIRELES, M. Famílias são expulsas de casa por traficantes. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 11 de set. de 2014. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/familias-sao-expulsas-de-casa-por-trafficantes/>>. Acesso em: 01 de out. 2014.

MELLO, J. B. F. O Triunfo do Lugar sobre o Espaço. In: MOREIRA A. S. S. et al. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 33-68.

MELO, K. Conhecer o território é o primeiro passo. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **In: Seminário Internacional Trabalho Social e intervenções habitacionais**, ago./set. 2011, Brasília/DF, 44 p.

MICHAUD, Y. A **Violência**. São Paulo, Ática: 1989. 114 p.

MONTEIRO, A. Brasil tem a 11º maior taxa de homicídios do mundo, diz OMS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1560654-brasil-tem-a-11-maior-taxa-de-homicidios-do-mundo-diz-oms.shtml>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.

OLIVEIRA, L. de. O sentido de lugar. In: OLIVEIRA, L.; MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 03-16.

PALERMO, C. **Sustentabilidade Social do Habitar**. 1 ed. Florianópolis: Ed. da autora, 2009. 96 p.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: OLIVEIRA, L.; MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 17-32.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. D. O projeto de habitação de interesse social e a sustentabilidade social. **Revista Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 99-119, jul./set; de 2010.

RICARDO, C. M. et al. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo - SP, v.7, n.1, p. 200-216, fev./mar. 2013.

ROLNIK, R. Violência e Moradia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de novembro de 2014. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2014/11/1549170-violencia-e-moradia.shtml>>. Acesso em: 15 de abr. 2015.

ROLNIK, R. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. São Paulo: USP, 2014. 140 p. (MCTI/CNPq/MCIDADES, Nº11/2012).

SALLES, A. V. S. **Diretrizes para o espaço urbano público inibidor de delitos**. 2007. 134 f. Dissertação (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Brasília, 2007.

SAMPAIO, D. T. **Sustentabilidade urbana: conceitos e controvérsias**. In: V ENCONTRO NACIONAL E III ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2009. Recife, Brasil. Anais.

SANCHES, J. C. **A cidade e os conjuntos habitacionais de interesse social: reflexões sobre a evolução do perímetro urbano de Cuiabá / MT**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2013. Recife, Brasil. Anais.

SANGLARD, J. JF está mais violenta. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 18 de março de 2014. Disponível em: < <http://www.tribunademinas.com.br/opini-o/artigo-do-dia/jf-esta-mais-violenta-1.1439182>>. Acesso em: 18 de mar. 2014.

SAÚGO, A.; MARTINS, M. S. A sustentabilidade social e os novos projetos de empreendimentos habitacionais. **Oculum Ensaios**. v. 16, p. 102-115, jul./dez. 2012.

SINDUSCON. **Minha Casa, Minha Vida sem Lei**. Disponível em: <http://www.sinduscon-rio.com.br/n_agenda/d_120115/n11.asp>. Acesso em: 05 de fev. 2015.

SOUZA, E. A; PEDON, N. R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas - MS, v.1, n.6, ano 4, p. 126-148, nov. 2007.

TASCA, L. **As contradições e complementaridades nas leis urbanas de Juiz de Fora: dos planos aos projetos de intervenção**. 2010. 267 f.. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

TASCA, L; AMARAL, S. F. **Cidades médias e desenvolvimento regional: Juiz de Fora, MG e seu papel polarizador**. In: I Seminário de desenvolvimento regional, estado e sociedade, 2012. Rio de Janeiro.

THIBAUD, J.-P. **La méthode des parcours commentés**. In GROSJEAN, M.; THIBAUD, J.-P. [Org.]. **L'Espace Urbain en Méthodes**. Marseille: Éditions Parenthèses, 2001 [Collection Eupalinos – série Architecture et Urbanisme], p.79-99.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. 01 ed. Londrina: Eduel, 2013. 248p.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 374p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Laboratório de sustentabilidade (LASSU). Apresenta considerações sobre o conceito e dimensões da sustentabilidade. Disponível em: <<http://lassu.usp.br/>>. Acesso em: 05 de fev. 2014.

VARGAS, C. **Um panorama dos programas habitacionais no município de Juiz de Fora**. In: I Colóquio do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação, 2013. Juiz de Fora.

VELHO, G.; ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ: 1996.

VIEIRA, L. B. **Influência do espaço construído na ocorrência de crimes em conjuntos habitacionais**. 2002. 310 f. Dissertação (Dissertação em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRGS, 2002.

VIGLIECCA, H. Palestra sobre projetos arquitetônicos, urbanísticos e tecnologias. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SUSTENTABILIDADE E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. 3, abr. 2014. Porto Alegre.

ZAMBRANO, L. M. A (Org.). **Programa de extensão universitária: Escritório-Escola Itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG**. Juiz de Fora: UFJF, 2014a.

ZAMBRANO, L. M. A. **Análise Multicritério Qualitativa e Quantitativa da Sustentabilidade da Habitação Social: estudo metodológico com vistas à aplicação em casos brasileiros**. Juiz de Fora: UFJF, 2014b. 33 p.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista Perspectiva**. São Paulo - SP, v.13, n.3, p. 1-17, 1999.

ZOTTIS, G. A. H.; CUNHA, L. L.; KREBS, L. F.; ALGERI, S.; FLORES, R. Z. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da Universidade. **Revista Saúde Sociedade**. São Paulo, v.17, n.3, p. 33-41, nov. 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

APÊNDICES

APÊNCIDE A – FICHA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

FICHA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS - PERCURSOS COMENTADOS

PERCURSO Nº _____

Informações gerais						
Data de realização do percurso: __/__/__						
Trajeto:						
Tempo do Percurso:						
Nome do participante	Idade	Sexo	Escolaridade	Profissão	Contato	End.

Mapa (Sem escala) – Identificação dos percursos realizados
Transcrição dos Percursos

Transcrição da Entrevista
<p>Sobre o percurso</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Com que frequência você realiza esse percurso? 2. Destaque o que mais chamou sua atenção durante o percurso realizado. 3. Quais foram os aspectos positivos encontrados? 4. Quais foram os principais obstáculos (aspectos negativos) encontrados? 5. Como você caracterizaria o percurso? 6. Qual é a sua avaliação sobre o equipamento urbano _____? (citar o equipamento do percurso) 7. Em algum momento do percurso se sente inseguro ao caminhar? Qual? Por quais motivos? 8. Quem deveria ser o agente responsável pelo adequado atendimento dessa questão

(insegurança)?

9. Você utiliza os espaços comuns do Condomínio? Para qual finalidade?

10. Sua família/filhos utilizam os espaços comuns do Condomínio? Para qual finalidade? (Em caso negativo: qual é o problema os impede de utilizarem os espaços comuns?)

11. Por que existe a rejeição desses espaços no Condomínio?

Sobre o entrevistado, suas relações sociais e Condomínio

1. Quando se mudou para o bairro?

2. Por que você veio morar nesse bairro?

3. Em quantas casas já morou? Onde? Quais os motivos que o levaram a mudar-se de casa (ou não)?

4. O que costuma fazer nos momentos livres? Utiliza o Condomínio / bairro para esses momentos?

5. Gosta do Condomínio onde vive? Por quê? O que mais gosta e o que menos gosta.

6. Gosta do bairro onde vive? Por quê? O que mais gosta e o que menos gosta.

7. Você possui parentes que moram no bairro? Costuma encontra-los?

8. Você possui amigos que moram aqui no bairro? Costuma encontra-los?

9. Costuma se reunir com eles (parentes/amigos) em algum local do bairro? Com que frequência? Onde?

10. Como é a sua relação com os moradores do Condomínio?

11. Além dos moradores do Condomínio, você conhece alguns moradores do bairro?

Como é sua relação com eles?

12. Como descreveria o Condomínio Vivendas Belo Vale I a um desconhecido?

13. Se pudesse modificar algo no Condomínio, o que modificaria? Por quê?

Sobre o bairro

1. Qual local costuma utilizar com frequência aqui no bairro? Em que períodos e com que frequência? Quais são as atividades desenvolvidas nesses locais?

2. Qual o lugar que melhor caracteriza o bairro? Por quê?

3. Quais as coisas mais importantes do bairro para você?

4. Para você, onde começa e onde termina o bairro São Geraldo?

5. Como descreveria o bairro São Geraldo a um desconhecido?

6. Você sabe quais são as comemorações mais importantes aqui do bairro? Participa de alguma delas?
7. Costuma realizar suas compras aqui no bairro? Serviços também? Por quê?
8. Se pudesse modificar algo aqui no bairro, o que modificaria? Por quê?
9. Notou alguma mudança no bairro nos últimos anos? Quais? Quem foram os responsáveis por essa mudança?
10. Existe algum local no bairro em que se sente inseguro? Quais? O que leva a ter essa impressão desses locais?

Mapa (sem escala) - Indicações das imagens no percurso

Mapa (sem escala) - Imagens

Observações

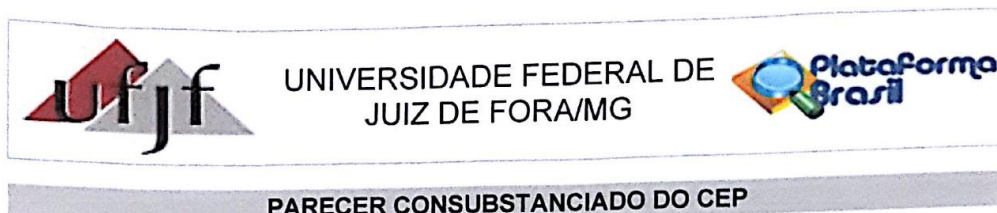
APÊNCIDE C – QUADRO DE COMPILAÇÃO DOS DADOS

AGRUPAMENTO DOS FATOS EM CATEGORIAS DE ANÁLISE			
CATEGORIA BAIRRO	FATO	PERCURSOS	FREQUÊNCIA
Subcategoria Infraestrutura urbana	Sujeira no bairro (lixo espalhado)	P01; P09; P10.	3
	Ausência de calçada	P01; P02; P04.	3
	Precariedade das calçadas	P02; P03.	2
	Alagamento em parte do bairro	P01; P02; P03; P04; P06; P07.	6
	Falta de capina realizada pela Prefeitura (calçadas)	P02.	1
	Falta de capina realizada nos lotes (terrenos particulares)	P04.	1
	Vias sem sinalização adequada	P02.	1
	Não cumprimento do horário do ônibus pelos motoristas	P02; P03; P05; P06; P07; P10.	6
	Insuficiência na quantidade de ônibus (transporte público)	P05; P06; P08;	3
	Ausência de equipamento urbano (ex.: lazer para as crianças, etc.)	P01; P02; P04; P05; P06; P07; P08.	7
	Ausência de iluminação pública em trecho da rua do condomínio	P02; P03; P04; P05; P07; P08; P09.	7
A rua do condomínio não tem nome	P02; P06.	2	
Subcategoria Comportamento social	Brigas frequentes de jovens na porta da escola	P02.	1
Subcategoria Abastecimento e serviços no bairro	Carência de comércio	P03; P04; P05; P06; P07; P08; P10.	7
	Carência de serviços	P03; P04; P05; P06; P07; P08; P10.	7
CATEGORIA CONDOMÍNIO	FATO	PERCURSOS	FREQUÊNCIA

Subcategoria Crimes	Depredação de algumas áreas (ex.: área de lazer; unidades habitacionais - incêndio, retirada de peças sanitárias, instalações hidráulicas e elétricas, pichação, apedrejamento, quebra de paredes)	P01; P02; P03; P04; P05; P06; P07; P08; P09; P10.	10
	Utilização e comercialização de drogas no condomínio	P01; P02; P03; P04; P05; P07; P08; P10.	8
	Invasão de moradias	P05; P08; P09; P10.	4
	Tiroteio dentro do condomínio (na última rua)	P08; P09.	2
	Assalto	P04.	1
	Ameaça (porteiro)	P05.	1
	Estupro (infantil)	P08; P09.	2
Subcategoria Infraestrutura do condomínio			
Subcategoria Infraestrutura do condomínio	Sujeira no condomínio	P03; P09; P10.	3
	Calçamento precário (blocos de concreto)	P05; P06; P08; P09; P10.	5
	Entupimento do esgoto no condomínio	P08; P09; P10.	3
	Problema relacionado ao fornecimento de água (ausência de hidrômetros individuais)	P08.	1
Subcategoria Projeto			
Subcategoria Projeto	Programa de necessidades arquitetônicas insuficientes para as demandas apontadas Execução de moradias que não atendem as reais necessidades dos moradores	P01; P05; P08; P10.	4
	Instalações hidráulicas e elétricas da residência com problemas de patologia de construção e de projeto de engenharia	P06;	1
Subcategoria Comportamento social			
Subcategoria Comportamento social	Falta de respeito/educação dos moradores	P01; P03; P04; P07; P08; P09.	6
	Brigas entre moradores do condomínio	P02; P04; P05; P06; P08; P09; P10.	7
	Falta de organização	P09; P10.	2

	interna dos moradores do condomínio		
	Moradores desorganizam o lixo armazenado no local a ele destinado	P09.	1
	Circulação de carros, motocicletas e bicicletas em alta velocidade	P02; P05; P08.	3

APÊNCIDE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFJF



DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Lugar e violência na habitação de interesse social: um estudo de caso em Juiz de Fora / MG

Pesquisador: Daniella Fonseca Zanotti Ongaro

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 34541214.7.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Engenharia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 842.974

Data da Relatoria: 12/11/2014

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto esta clara e detalhada de forma objetiva. Descreve as bases científicas que justificam o estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta clareza e compatibilidade com a proposta de estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Identificação dos riscos e as possibilidades de desconfortos e benefícios esperados, estão adequadamente descritos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto está em configuração adequada e há apresentação das declarações e termos solicitados. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA/MG



Continuação do Parecer: 842.974

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Possíveis inadequações ou possibilidades de pendência deixam de existir. Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional CNS 001/2013. Data prevista para o término da pesquisa: Fevereiro de 2015.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional N°001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

JUIZ DE FORA, 23 de Outubro de 2014

Assinado por:
Paulo Cortes Gago
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

APÊNCIDE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF

36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) _____ está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa, intitulada **“LUGAR E VIOLÊNCIA NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM JUIZ DE FORA/MG”**. O objetivo é estudar os conflitos sociais existentes nos espaços de uso comum do conjunto habitacional Vivendas Belo Vale I, incluindo, também, o seu entorno próximo. O interesse em estudar essa questão se deu em função da observação do resultado da produção das habitações de interesse social em Juiz de Fora/MG, cujos empreendimentos apresentam, em sua maioria, um contexto social crítico.

Essa pesquisa adotará o seguinte procedimento junto aos moradores: a aplicação do método “Percurso Comentado”, que considera o principal percurso (trajeto diário) utilizado pelo senhor (a). O estudo consiste no acompanhamento do senhor (a) em sua caminhada por determinados ambientes do bairro, buscando compreender como percebe o ambiente e sua avaliação desses locais. Consideramos as seguintes atividades: caminhar, perceber e descrever. Ao final do percurso, farei uma entrevista sobre sua opinião a respeito do caminho percorrido. Os riscos de participação são mínimos, pois são realizadas atividades cotidianas da vida, como caminhar, perceber, sentir, descrever e conversar. Como benefício, essa pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de ações que minimizem a situação de conflito social existente no Condomínio.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso seja identificado e comprovado danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões

profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“LUGAR E VIOLÊNCIA NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO EM JUIZ DE FORA/MG”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2014.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Nome	Assinatura testemunha	Data
------	-----------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano-UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Pesquisador Responsável: Daniella Fonseca Zanotti Ongaro

Campus Universitário da UFJF

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102-3405

E-mail: daniellaongaro@yahoo.com.br